

## AD INFORMA

João Pessoa, 5 de março de 1982

### — EDITORIAL —

Este é um número especial do nosso Boletim Informativo. Tem por objetivo levar aos associados da ADUFPb/JP documentos básicos, informações e análises sobre o I<sup>o</sup> Congresso Nacional da ANDES, realizado em Florianópolis, SC.

O reconhecimento da importância deste evento e da necessidade de implementar suas decisões são pontos básicos para o desenvolvimento das ADs e para o futuro do Movimento Docente Nacional. As lutas a serem travadas neste ano serão decisivas para a consolidação definitiva da ANDES. Nesse sentido, é preciso que cada AD e cada associado assumam a responsabilidade pessoal e coletiva de levar avante as bandeiras de luta. E só há uma maneira de implementar este esforço: **DEFININDO E PARTICIPANDO ATIVAMENTE** da programação de sua AD.

Três pontos merecem destaque especial nas lutas deste ano: a eleição da primeira Diretoria da ANDES, a defesa do ensino público gratuito e o projeto de reforma da universidade.

O primeiro responde a uma necessidade emergencial de definição das lideranças que conduzirão o Movimento Docente Nacional. O Congresso da ANDES definiu a parte metodológica da escolha: o processo eletivo, o regimento eleitoral, a extensão dos mandatos, etc. Compete, porém, às ADs estabelecerem os aspectos políticos mais relevantes: os programas, as estratégias, as candidaturas, etc. Sendo as eleições diretas, só uma participação efetiva dos associados no processo eleitoral evitará uma "eleição de cabresto".

O segundo é uma necessidade premente, dadas as claras e ostensivas ameaças do Governo contra a escola pública. Todos conhecem a pretensão governamental de reduzir sua responsabilidade com o ensino público e gratuito, principalmente, com o ensino universitário. Só um movimento nacional de repúdio a essa pretensão colocará a salvo a escola pública e gratuita.

Por último, mas não menos importante, é o problema da reforma universitária que está sendo gestada nos gabinetes do MEC. Procurando rotulá-la de "democrática", o MEC está admitindo "sugestões" para o novo projeto. Maquiavelismos mequianos à parte, a participação é necessária e não uma dádiva do Ministério, mas uma conquista do nosso movimento. A participação precisa ser implementada, pois é todo o nosso futuro que está em jogo.

No sentido de ajudar o aprofundamento das análises destes problemas, completamos o presente boletim com artigos assinados. Neles são abordadas as principais argumentações sobre os assuntos em pauta. Esperamos que sejam de utilidade para o enriquecimento do debate.

A DIRETORIA.

## **RELATÓRIO E AVALIAÇÃO DO PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DA ANDES PELA ADUFPB-JP**

### **I – PREPARAÇÃO PARA O CONGRESSO: ELEIÇÕES**

A Delegação da ADUFPB-JP ao Primeiro Congresso Nacional da Andes foi escolhida nos termos do número 2.7 do ofício circular nº 1 da Andes sobre o evento, através de eleições gerais, realizadas em 22/12/81, ficando constituída pelos companheiros: Jader, Fragoço, Tek, Foot, Tereza Campello, Eleonora e Assis.

#### **AVALIAÇÃO DAS ELEIÇÕES:**

Em que pesem as dificuldades inerentes a este processo e a ocasião em que foi realizado, final de ano letivo, pode-se dizer que o processo eleitoral foi muito deficiente. Diversas limitações podem ser elencadas como decorrentes da má organização do processo de escolha dos delegados:

- a falta de discussão, em assembléia geral da ADUF, do temário proposto para o I Congresso Nacional da Andes, que respaldasse as posições dos delegados;
- a carência de posições de bancada discutidas, previamente, levando os delegados a assumirem posições "pessoais", às vezes, divergentes nas votações do Congresso;
- a limitada contribuição de estudos para o enriquecimento do temário, bem como, as restritas emendas apresentadas aos projetos divulgados;
- a ausência de comprometimento prévio dos delegados com pontos programáticos a serem defendidos que justificassem sua escolha.

### **II – PREPARAÇÃO PARA O CONGRESSO: REUNIÕES**

Consciente das limitações acima enumeradas, a Delegação da ADUFPB-JP ao I Congresso Nacional da Andes reuniu-se, ainda em João Pessoa, por duas vezes, em 23.12.81 e 7.1.82, com a Diretoria da ADUF e membros do Conselho de Representantes. Nestes encontros foram analisados os problemas da legitimidade da delegação e da soberania dos delegados nas votações do I Congresso Nacional da Andes. Ambas foram reconhecidas, depois de longos debates.

#### **AVALIAÇÃO DAS REUNIÕES:**

Usou-se muito tempo, para se questionar, a validade do processo eleitoral para a escolha dos delegados e, quase nenhum, para a discussão do temário do I Congresso Nacional da Andes. Este fato provocou reflexos negativos na atuação da Delegação durante o Congresso.

### **III – CONGRESSO: PRIMEIRO DIA: CREDENCIAMENTO**

Todos os integrantes da Delegação da ADUFPB-JP credenciaram-se, oportunamente, no período para isso destinado. Foram cumpridas todas as disposições regulamentares do I Congresso Nacional da Andes.

#### **AVALIAÇÃO DO CREDENCIAMENTO:**

O tempo utilizado para o credenciamento foi julgado excessivo pelo grupo. Dadas as dificuldades inerentes à realização de um certame desta natureza, sugere-se a redução do tempo reservado a esta atividade nos próximos Congressos.

### **IV – CONGRESSO: PRIMEIRO DIA – PLENÁRIAS INAUGURAL E DE INSTALAÇÃO**

#### **A) PLENÁRIA INAUGURAL:**

Iniciaram-se os trabalhos com uma plenária solene para a qual foram convidadas

muitas entidades que se relacionam com a ANDES. Todas fizeram-se representar. Dos pronunciamentos feitos destacam-se:

- 1 — **PRESIDENTE DA ANDES**: "necessidade de se elaborar um programa de lutas".
- 2 — **PRESIDENTE DA UNE**: "a grande esperança dos estudantes com este Congresso é a intensificação da luta contra o ensino pago".
- 3 — **SEC. GERAL DA FISE**: "A cooperação e a solidariedade internacionais no domínio sindical e profissional são indispensáveis. . . Sustentamos as mesmas lutas dos docentes brasileiros. . ."
- 4 — **REP. COMISSÃO PRÓ-CUT**: "Espera-se a participação mais efetiva da ANDES no esforço de união dos trabalhadores".
- 5 — **REP. DA CNBB**: "A Igreja fez opção por uma educação popular e se une às entidades que se preocupam com este problema".

#### B) **PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO:**

Quatro assuntos foram objeto desta plenária:

- 1 — Discussão e decisão sobre a pauta do Congresso;
- 2 — Discussão e aprovação do regimento interno do I Congresso Nacional da Andes;
- 3 — Discussão e aprovação do programa de reuniões;
- 4 — Eleição da Comissão Geral Diretora do Congresso.

#### **AValiação DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO:**

No primeiro assunto, houve a solicitação de um grupo de inversão da pauta, privilegiando a discussão da eleição da Diretoria da ANDES, que passaria a ser o primeiro assunto a ser discutido no Congresso. Após prolongadas discussões, a proposta foi rejeitada. A Delegação da ADUFPB-JP votou contra a inversão. Julgou que a discussão eleitoral no início do I Congresso Nacional da Andes prejudicaria os outros temas, dada a natureza polêmica do assunto.

O item dois foi discutido e aprovado, mantendo, basicamente, a proposta original da Comissão de Organização do Congresso. A principal alteração foi no "quorum" para as votações: metade mais um dos delegados. Quanto ao programa, item três, atendendo a solicitação das Particulares, inverteram os horários de reuniões, ficando a manhã para as setoriais, a tarde para as plenárias e a noite para os de grupos. A Comissão Geral Diretora do Congresso foi eleita, sendo os candidatos indicados pela Assembléia.

#### **V — CONGRESSO: SEGUNDO DIA — REUNIÕES SETORIAIS E DE GRUPOS**

Pela manhã e à tarde, reuniram-se os diversos setores (Artárquicas, Fundações, Estaduais e Particulares) para estudar, em primeira instância, os seguintes temas:

- avaliação do Movimento Docente;
- reestruturação da Universidade;
- eixos de luta para o ano de 82.

Quanto ao primeiro item, depois de uma polêmica entre aqueles que avaliavam serem as lutas gerais (integração com as classes trabalhadoras, luta contra o "pacote" da previdência, defesa dos 12% para educação, etc.) mais importantes que as lutas específicas (reajuste semestral, carreira do magistério, etc.) acusando o movimento de praticar desvios corporativistas e aqueles que não concordavam com esta análise passaram-se a fazer outras avaliações. As principais foram as seguintes:

- a criação da ANDES foi fundamental para a categoria;
- o Congresso que a criou, por não ter determinado eixos de luta, cometeu grave erro;
- falta de posições políticas na Diretoria da ANDES levou-a a evitar discussões fundamentais para o Movimento;
- a Diretoria provisória, sem bandeiras e sem programa, cometeu muitos erros na direção do Movimento;

- nas lutas concretas houve indefinições e atropelos: o caso do dia de luta (23/set. ou 1º/out.).
- na greve houve bom intercâmbio base/cúpula, mas faltaram análises políticas sobre o Movimento;
- no CONCLAT a ANDES foi tímida e sem mensagem;

Quanto ao segundo item, Reestruturação da Universidade, as principais manifestações foram:

- não se sujeitar ao prazo dado pelo MEC para o estudo do problema (seis meses);
- não apresentar projeto alternativo, porque ele seria teórico e sem valor real;
- exigir respeito às nossas práticas políticas e implantá-las dentro da burocracia da Universidade, tais como democratização do poder, autonomia de decisão, etc.
- reivindicar a participação de toda a sociedade e em especial, da comunidade acadêmica na elaboração do novo projeto;
- estabelecer meios concretos e eficientes para esta participação, simpósios, congressos, etc.
- retomar a iniciativa política no debate sobre o problema em termos regionais e nacionais.

Quanto ao terceiro item, eixos de luta, foram sugeridos inúmeros, que podem ser resumidos em três categorias fundamentais:

**1 - Lutas específicas da categoria:**

- a) reajuste semestral para os professores;
- b) correção das distorções na carreira do magistério;
- c) reposição salarial da parte que não atendida em 81, (cerca de 25%) tendo como base os salários de 1970);

**2 - Lutas integradas com outros setores:**

- a) o caráter da Universidade: não seletiva e que atenda aos interesses da maioria da população brasileira;
- b) hierarquizar e cronogramar as lutas dos setores, saindo das palavras de ordem para a política de ações concretas;
- c) aumentar o número de vagas, facilitando os procedimentos administrativos entre os setores (transferências).

**3 - Lutas gerais ligadas à Sociedade Civil:**

- a) defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis;
- b) luta contra o "pacote" da Previdência Social;
- c) posicionamento quanto às questões internacionais;
- d) articulação concreta com os professores de 1º e 2º graus;
- e) pronunciamentos a favor das eleições na sociedade brasileira.

A seguir, procedeu-se à votação indicativa das propostas levantadas pelos oradores. Embora algumas não merecessem a aprovação do setor, todas foram anotadas para a apresentação na plenária do Congresso. À noite, foram realizados trabalhos de grupos com os mesmos temas.

**AVALIAÇÃO DO SEGUNDO DIA:**

Este foi um dia produtivo em que muito se trabalhou. O trabalho por setor envolveu a todos quase não dando condições para o trabalho de grupo. No setor das autárquicas, os dois grupos que o caracterizam, envolveram-se em diversas polémicas, explicitando, em parte, as duas tendências fundamentais do Movimento Docente. Também neste dia, a nossa bancada reuniu-se no intervalo do almoço para analisar o documento: "O 1º Congresso: Um momento decisivo", que, na idéia dos seus autores, poderia constituir-se um núcleo de análise sobre o Movimento Docente, capaz de embasar um futuro programa de uma chapa, tendo em vista as próximas eleições para a Diretoria da ANDES. Após a discussão, decidiu-se enviar um observador da delegação para acompanhar os trabalhos desse grupo. Posteriormente, decidiu-se também subscrever como bancada nossa adesão ao dito documento.

**VI - CONGRESSO: TERCEIRO DIA - PRIMEIRA PLENÁRIA**

Como o relato fiel dos acontecimentos deste dia, todo dedicado à primeira plenária,

encontra-se registrado na Ata da Primeira Plenária do I Congresso Nacional da Andes, documento divulgado em outro local do presente informativo, vamos passar diretamente à avaliação do terceiro dia.

#### **AVALIAÇÃO DO TERCEIRO DIA:**

Foi um trabalho extenuante, mas o momento decisivo do Congresso. Após o relato de cada setor, conseguiu-se estabelecer, através de votação, as principais bandeiras de luta para o ano letivo de 1982. Corrigiu-se, assim, uma grave deficiência da qual o Movimento ressentiu-se desde o Congresso de sua criação, em Campinas. Conseguiu-se, com esta plenária de mais de dez horas de duração, que todos os esforços empreendidos fossem unificados pelos diversos setores do Movimento. Elencou-se, ainda, os diversos eventos a serem implementados, durante o corrente ano, por todas as ADs filiadas à ANDES. Foi um dia memorável no I Congresso Nacional da Andes.

#### **VII – CONGRESSO: QUARTO DIA – REUNIÕES DE GRUPOS E CONVENÇÕES REGIONAIS**

Pela manhã e à tarde, reuniram-se os diversos grupos para estudar o estatuto definitiva ANDES e as eleições da primeira diretoria. Subsidiou o primeiro assunto, ante-projeto distribuído, previamente, às ADs, acrescido de sugestões que foram encaminhadas à secretaria do Congresso. Estas foram tão numerosas, que, devidamente organizadas, constituíram um substitutivo ao projeto original. As discussões dos grupos seguiram rumos diferentes: uns analisaram artigo por artigo, sem conseguirem esgotar mais que os primeiros capítulos do Estatuto; outros preferiram organizar a discussão, de acordo com a importância relativa dos capítulos, conseguindo resultados mais positivos.

À noite, foram realizadas as convenções onde se analisou não só os temas do dia em termos regionais, como também o próprio Congresso como um todo.

#### **AVALIAÇÃO DO QUARTO DIA:**

Quanto ao primeiro tema, por ser de natureza técnica e complexa, as melhores contribuições vieram daqueles que haviam feito estudos prévios. A maioria das análises ficaram no nível do superficial, fundamentadas na proposição – “eu acho que”...

Quanto ao tema: eleições para a Diretoria da ANDES, alguns aspectos que já se constituíam polêmicos, antes do Congresso, tais como, eleições diretas ou em congresso, número de membros da diretoria, extensão do mandato, data das eleições, foram amplamente discutidos, dividindo-se ainda mais o leque das opiniões. Além das discussões oficialmente programadas, o grupo que lançou o documento “o 1.º Congresso: Um momento decisivo”, assinado por nós como bancada, fez abertamente uma “convenção”, convidando a todos que quisessem discutir as eleições à base do documento divulgado. Pela primeira vez falou-se, publicamente, em explicitar as divergências existentes dentro do Movimento, sem na realidade conseguir explicitá-las.

Na convenção do Nordeste, realizada neste mesmo dia, decidiu-se pela necessidade de explicitação das divergências entre os diversos grupos participantes do 1.º Congresso Nacional da ANDES, para que se superem as confusões na hora das votações e se entendam as reais diferenças das posições defendidas. Prepararam-se, também, intervenções a serem feitas no plenário sobre este assunto.

#### **VIII – CONGRESSO: QUINTO E ÚLTIMO DIA – PLENÁRIA FINAL**

Nesta plenária foram, inicialmente, relatados os trabalhos dos grupos. Os temas foram: REGIMENTO DAS ELEIÇÕES; ESTATUTO DA ANDES, DEFINITIVO; CARTA DE FLORIANÓPOLIS; MOÇÕES. Para facilitar os trabalhos, a mesa, na análise do regimento eleitoral e dos estatutos, dividiu as questões de consenso das questões polêmicas. Aquelas foram aprovadas em bloco e estas discutidas e votadas ponto por ponto. Quanto ao estatuto definiu-se que só se votariam as questões de fundo, ficando a forma para ser definida por uma equipe técnica de assessoria. A sessão se estendeu por todo o dia e a noite, com pequeno intervalo para o almoço. Relato minucioso desta poderá ser encontrada na Ata da Segunda Plenária do I Congresso Nacional da Andes, que ainda não foi publicada.

#### **AVALIAÇÃO DO QUINTO DIA:**

A discussão e aprovação do regimento eleitoral consumiu toda a manhã. Foi procedida pela discussão e aprovação dos tópicos polêmicos já citados. A votação em plenário acompanhou a votação dos grupos, com poucas discrepâncias. Os pontos aprovados refletiram as posições majoritárias dos delegados, havendo poucas votações em que os votos a favor e contra se aproximassem.

À tarde, discutiu-se e aprovou-se o estatuto, num trabalho moroso e entediante, dada a natureza árida do assunto. À noite, analisou-se o texto da Carta de Florianópolis e as moções. Diversas alterações foram feitas no texto da carta, melhorando-se a redação e expurgando-a de certas afirmações pouco felizes. Os trabalhos foram encerrados tardiamente.

#### **IX – OBSERVAÇÕES FINAIS:**

##### **A) GERAIS:**

1 – De uma maneira geral, observou-se uma falta de preparação mais adequada para uma participação mais expressiva no Congresso.

2 – Nos aspectos políticos mais relevantes das questões, poucas delegações trouxeram posições discutidas nas assembleias das ADs.

3 – Salto qualitativo, a medida em que se tirou um programa de luta, a partir da exaustiva discussão tanto em plenárias setoriais como nos grupos de trabalho.

4 – Avanço na avaliação do movimento grevista em relação ao movimento grevista de 80, discussão bastante boa e profunda na plenária das autárquicas.

Percepção do nível atual de conscientização da categoria docente que se mobiliza mais por questões salariais e específicas do que pelas questões mais gerais da sociedade, tipo CUT, CONCLAT, etc.

5 – A principalidade do Congresso foi o programa de luta e não a forma de eleições, se direta ou em congresso.

6 – Percebeu-se a participação de grupos organizados que tentaram “conduzir” o Congresso. Em alguns momentos travaram-se verdadeiras batalhas verbais, denominadas por alguém de “guerra das estrelas”. Estas tentativas foram denunciadas, moderando as intervenções pré-organizadas.

7 – As duas articulações se dão em dois polos do sul: São Paulo e Rio, com algumas diferenças que as lideranças não conseguiram expressar. Estas divergências se caracterizam, a nosso ver, na questão do método e encaminhamento das lutas.

8 – Uma das grandes questões ficou pendente, a questão de uma chapa unitária ou não; decidiu-se trazê-la para uma discussão mais aprofundada na categoria, frente às divergências apresentadas.

9 – Apesar das falhas metodológicas e organizacionais na condução dos trabalhos e dos pontos negativos já apontados, o Congresso atingiu seus principais objetivos e os trabalhos foram concluídos satisfatoriamente.

##### **B) ESPECÍFICOS:**

1 – A participação da delegação da ADUFPB-JP pode-se dizer que foi positiva, apesar de discreta. Houve esforço em discutir grupalmente alguns aspectos relevantes e constantemente trocamos idéias.

2 – A nossa principal falha foi não ter posições e posicionamento previamente discutidos e aprovados em assembleia da categoria.

3 – Atuação da região Nordeste II, no Congresso de 82, foi bastante decisiva como no Congresso de 81.

– intervenção positiva no sentido de direcionar o Congresso Nacional para o polo das lutas políticas e definição das divergências;

– intervenção no sentido de manter a forma atual de sindicalismo que a ANDES apresenta hoje, a partir de Assembleias Gerais, preservando, com isto, a democracia interna do movimento, sua autonomia e independência em relação ao Estado, aos Poderes Públicos.

– intervenção no sentido de pressionar, para que saísse do Congresso Nacional, já, o programa de lutas das chapas, com prováveis nomes para serem discutidos nas bases; isto, no entanto, não foi conseguido.

4 — Para que o I Congresso Nacional da Andes produza seus efeitos junto à nossa AD e na nossa universidade, julgamos indispensável:

- o conhecimento por todos os associados das resoluções do Congresso;
- a discussão, nos departamentos e centros da UFPb, dos encaminhamentos a serem implementados para cada resolução;
- a participação nas reuniões abertas do Conselho de Representantes e nas Assembleias que decidiram sobre estes encaminhamentos;
- a disposição de integrar os grupos de trabalho.

João Pessoa, fevereiro de 1982

**A EQUIPE**

**AS LUTAS SE FAZEM PELA INTEGRAÇÃO DE TODOS NUM ESFORÇO COMUM**

## CARTA DE FLORIANÓPOLIS

Nós, professores do ensino superior, reunidos em Florianópolis, no 1.º Congresso Nacional da ANDES, sentimos que a educação superior do Brasil se encontra em perigo juntamente com todo o sistema educacional brasileiro.

Após contínua iniciativa contra os interesses sociais, vem o governo anunciar a implantação do ensino pago nas instituições de ensino superior públicas, agitando de maneira estranha a bandeira da justiça social como finalidade última para essa medida. Um governo que reverte bilhões de cruzeiros em iniciativas iníquas como a de salvar da falência a empresa multinacional do Projeto Jari, que enterra bilhões de cruzeiros num programa nuclear condenado por toda a comunidade científica brasileira e que cria estímulos e benefícios para os grandes capitais, regateia, no entanto, verbas para os setores públicos, como a educação, a saúde, a habitação, a previdência, a cultura, etc.

A construção da Universidade brasileira é obra de muitas gerações. Grande número de intelectuais, de pesquisadores, de políticos, de grupos culturais e de diferentes segmentos das diversas classes sociais, têm participado deste processo. A Universidade está sendo construída pela totalidade de nossa sociedade e é obra da nossa própria história.

Impressiona-nos a desinibição com que tecnocratas incrustados no poder agem visando a desmobilização de um patrimônio que pertence à Nação e que compõe o acervo de suas tradições, constituindo-se também em instrumento de seu futuro. Estamos conscientes de imperfeições crônicas e conjunturais da Universidade no exercício de suas responsabilidades. Muitas dessas deficiências foram multiplicadas pela própria política do governo descomprometida com as necessidades da Nação e comprometida com as exigências dos setores econômicos e sociais privilegiados. Na área do ensino superior, essa política se caracteriza pela insuficiência de verbas, baixa remuneração dos docentes, redução dos incentivos ao desenvolvimento da ciência e da pesquisa, culminando agora na tentativa de anular importantes conquistas sociais. Esta anulação se faz por vários caminhos. Um deles, acenado com mais vigor, é o da instituição do pagamento nas escolas públicas. Ora, educação não é bem privado e sim bem público. O desenvolvimento científico, a produção tecnológica e cultural e a formação social e política de uma Nação não podem ser comparados com a produção de bens materiais numa sociedade de consumo. Sendo assim, a responsabilidade pela sua manutenção há de ser socializada e dividida por toda a sociedade, pois é ela que se torna a destinatária soberana da produção dos bens sociais. Instituir o ensino pago numa Universidade pública ou em qualquer nível de ensino é inverter a própria função da escola pública, transformando-a numa simples empresa prestadora de serviços contra pagamento. Tal fato agride a consciência dos brasileiros.

A cobrança de anuidades jamais poderá sustentar uma Universidade produtora de ciência e de cultura. Isso significa que o Estado, necessariamente, mesmo após a instituição do ensino pago, deverá continuar financiando o custo operacional da Universidade. Entretanto, a implementação do ensino pago tenderá a agravar as formas de seletividade e de discriminação daqueles que podem frequentar, hoje, a escola pública. Tal fato servirá igualmente para colocar a Universidade à cata de recursos financeiros junto a órgãos e instituições que detêm hoje a riqueza da Nação. Em consequência, as grandes corporações industriais, comerciais e financeiras tornar-se-ão proprietárias dos destinos da Universidade. O que isso pode representar para os destinos da educação, da cultura e da ciência no Brasil é difícil de delinear, já que os prejuízos serão debitados à nossa história futura.

Por isso conclamamos o povo a se mobilizar junto com a comunidade universitária, na defesa de seu próprio patrimônio. Não estamos insensíveis à necessidade de renovação da Universidade, mas essa renovação deve possibilitar o seu fortalecimento e o crescimento de sua capacidade de ação a serviço da sociedade brasileira. Por isso estamos, enquanto professores do ensino superior, empenhados na luta pela reorganização da Universidade. Estamos hoje comprometidos com a análise da Universidade que temos e com a construção da Universidade de que o País necessita. Mas, tal tarefa é de toda a comunidade acadêmica. (Professores, estudantes e funcionários) e de toda a sociedade brasileira. Não pode ser delegada a elites burocráticas da Universidade ou às elites dirigentes do Estado. Qualquer



iniciativa tomada por parte de pequenos grupos, quaisquer que sejam seus títulos ou postos, visando afetar a um patrimônio nacional, representa intervenção indébita que a Nação não pode aceitar.

Por isso, a Nação está convocada por nós, professores, a resistir às investidas que possam desestabilizar a Universidade e transformá-la em mais um centro reprodutor de privilégios.

**1982: ANO DE DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO!**

Florianópolis, 05 de fevereiro de 1982.

## ATA DA I PLENÁRIA DO I CONGRESSO NACIONAL DA ANDES

LOCAL: Florianópolis, SC.  
DIA : 03/FEV/82

INÍCIO: 10:00 hs.  
TÉRMINO: 23:40 hs.

### MESA DIRETORA

Presidente: Prof. Marco Antonio Sperb Leite  
Vice-Presidente( Prof. Jorge Lorenzetti  
Secretário-Geral: Prof. Agamenon Almeida  
Sub-Secretários: Prof. Renato Ortiz — Prof. Sérgio Pires

### ORDEM DO DIA

1. Discussão do art. 24 do Regimento Interno (quorum para deliberações das plenárias).
2. Avaliação do Movimento.
3. A Questão da Universidade — Reestruturação
4. Programa de Lutas

#### 01. Discussão do art. 24 do Regimento Interno

Inicialmente, a questão, sobre o quorum para deliberação das plenárias do Congresso, deixada pendente na plenária de instalação, foi debatida, sendo aprovado o percentual de 50% dos delegados credenciados como quorum mínimo. Passando o art. 24 do Regimento Interno a ter a seguinte redação:

“Art. 24 — As deliberações serão tomadas com a presença mínima de 50% dos delegados credenciados”.

A seguir foi proposta pela Presidência e aceita pela Plenária a seguinte sistemática de trabalho:

- (1) Leitura dos Relatórios dos Grupos Setoriais e do relatório unificado dos Grupos Mistos.
- (2) Discussão dos Relatórios
- (3) Aprovação do Programa de Lutas.

Procedeu-se à leitura dos relatórios dos Grupos Setoriais pelos respectivos relatores. Em seguida, a leitura do Relatório dos Grupos, pela Mesa. A Mesa propõe então que se dedique o período da manhã à discussão do item “Avaliação do Movimento” com base nos relatórios e que no início da plenária da tarde se delibere sobre o encaminhamento respectivo o que foi acatado pela Plenária.

Após um debate onde 32 oradores fizeram uso da palavra e baseado na idéia de que esta avaliação contempla diferentes pontos de vista político, a síntese dos debates que incluam a leitura dos relatórios setoriais e grupos mistos, foi a seguinte:

É consenso que nossa entidade nacional, a ANDES, se consolidou durante o ano de 1981. A ANDES é hoje uma realidade a nível nacional. Divergências existem. Entretanto, quanto à combatividade mostrada nesta entidade, esta foi considerada tímida em alguns, pois o potencial de uma entidade que nasceu das bases dos professores na organização de suas lutas é muito superior ao mostrado.

O erro do Congresso de Campinas de não ter definido um plano de lutas teve consequências negativas para a consolidação da entidade nos seus primeiros momentos. As avaliações mostraram, durante uma série de intervenções, a importância de se definirem os eixos de luta.

Na avaliação do papel da Diretoria, foi colocada como uma de suas falhas principais a de não ter dado uma conotação política definida ao movimento. Neste processo, as AD's empurraram a Diretoria. Esta não conseguiu substanciar um apoio a AD's com problemas, em especial às particulares. Segundo algumas intervenções, parte da Diretoria teria durante a greve das IES Autárquicas ensaiado, prematuramente, o fim da greve. Foi lembrado também que a Diretoria não avaliou o I Encontro Nacional dos Docentes da Saúde.

A partir do II CONAD, quando os eixos de luta da entidade passaram a ser mais definidos para a categoria, as diferentes concepções de encaminhar a luta revelam problemas internos de uma diretoria de composição. A não explicitação das diferenças políticas existente, teriam sido as causas básicas do funcionamento insuficiente da Diretoria como a sua não atuação real na CONCLAT, o seu repúdio tímido à bomba do Riocentro, a vacilação quanto a escolha da data de paralização de um dia, não podendo as AD's discutirem quanto ao conteúdo político da escolha do dia 23/9 ou 01/10 para a paralização nacional, o seu não posicionamento quanto a outras questões candentes da sociedade como o pacote da Previdência. Mesmo com divergências, teria sido possível um trabalho mais eficaz sobre pontos comuns. Esta unidade de trabalho, para a maioria dos que fizeram suas intervenções neste sentido, deve se pautar sobre princípios e de modo que a luta ideológica não se feche em facções que venham a provocar o divisionismo do movimento.

Outro problema apontado no funcionamento da Associação diz respeito à integração dos diferentes setores, tendo a dinâmica das federais autárquicas dado o ritmo do movimento, embora se faça necessário maior participação dos diferentes setores, ou mesmo, de vencer os limites da setorização. Por outro lado, a não aceitação de uma setorização parcial implica em desconhecer as diferenças existentes aos diferentes setores e que programa de lutas específicas fortalecessem o movimento. Nesse sentido, a luta contra a implantação de uma reestruturação da universidade via pacote e a ofensiva a favor do ensino público e gratuito, agirão como integradores desses diferentes setores, já que atingirá toda a estrutura de ensino direta ou indiretamente. Aproveitar para transformar este momento numa integração concreta com o ensino de 1.º e 2.º graus e outros setores da sociedade foi considerado como fundamental.

Na análise da greve, existem interpretações diferentes de seu resultado. Ficou clara uma grande coincidência no reconhecimento de alguns dos ganhos dessa greve: ganhos materiais, organizacionais e políticos, na medida em que se rompia com uma política salarial de arrocho no contexto político da ditadura.

No entanto, enquanto alguns entendem que o acúmulo de forças durante a greve permitia uma continuação da mesma na tentativa de atendimento mais completo da pauta, a maioria parece acreditar que a greve terminou no momento oportuno: momento de reaglutinar forças para a luta sobre a reestruturação ou momento em que não havia mais condições de continuação. Ainda quanto à forma do término da greve, surgiram crítica à atuação do Comando Nacional, seja por se considerar ter a saída da greve, seja por não ter se posicionado politicamente em momentos em que se julgou que teria sido necessário esse posicionamento.

Em termos organizacionais, comentou-se a atuação principalmente da Diretoria, em relação: a) ao encaminhamento da questão salarial que, segundo os que davam uma importância maior a este item da pauta, teria sido atrasado, b) à falta de participação da entidade nas lutas pela democracia no país e, segundo os que viam um tom exageradamente corporativista no tratamento da questão salarial, c) à pouca articulação com outros setores da sociedade civil e d) à tímida participação em eventos como a CONCLAT. Enfatizou-se a necessidade de maior politização do movimento, com explicitação de posições e encaminhamento de documentos políticos às bases.

#### CONTINUAÇÃO DA I PLENÁRIA

INÍCIO: 15:00 hs

TÉRMINO: 19:00 hs.

#### **MESA DIRETORA:**

Presidente: Prof. Jorge Lorenzetti

Vice-Presidente: Prof. Marco Antonio Sperb Leite

Secretário Geral: Prof. Agamenon Almeida

Sub-Secretário: Prof. Sérgio Pires

Ao serem reiniciados os trabalhos, a Presidência lembrou que se processaria durante

este período a discussão e aprovação dos Eixos e Programa de Lutas da ANDES. A Mesa fez a seguinte proposta de encaminhamento:

1. Questão da Universidade
  - Ensino público e gratuito
  - Democratização
  - Autonomia
  - Ensino/Pesquisa
2. Questões Sindicais
  - Salário
  - Estabilidade
  - Aposentadoria
  - Carreira (adendo apresentado pelo plenário)
3. Lutas Gerais (no sentido de ligar as lutas do movimento a)
  - Lutas do Ensino de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> graus
  - Funcionalismo público
  - Eleições de 1982
  - CUT/CONCLAT
  - Pacote Previdenciário
  - Democratização da Sociedade (adendado pelo plenário).

Foi explicado ainda que tal sistemática não limitaria os poderes da Plenária de acrescentar novos itens. Ficou decidido ainda que se dedicaria uma hora para cada tópico e, conseqüentemente, o teto para término seria dezenove horas. Passou-se imediatamente, à discussão do primeiro item com a abertura de inscrição do plenário. Com relação à questão da reestruturação da Universidade foi apresentada como preliminar que se deliberasse acerca da questão surgida em alguns relatórios concernente à apresentação por parte do movimento de um modelo acabado ou não para a Universidade. Procedida a votação, foi deliberado que, em princípio, não se apresentaria um modelo alternativo, no entanto, dever-se-ia apresentar um elenco de propostas elaboradas a partir de uma ampla discussão incorporando, inclusive, aquelas que o movimento acumulou durante a sua história. Esta proposta foi aprovada por ampla maioria, com 9 abstenções. A partir de uma proposta do Grupo Setorial das Fundações passou-se à discussão sobre a elaboração de um documento, a ser aprovado por este Congresso, e contendo os eixos básicos de orientação das discussões das AD's dentro do espírito mencionado anteriormente. Várias intervenções foram feitas, apresentando subsídios para a leitura deste documento, valendo registrar:

1. Definir clara e objetivamente alguns conceitos utilizados pelo movimento, historicamente, tais como democratização e autonomia e suas relações;
2. Recolocar os aspectos e a experiência do movimento no que tange à visão da Universidade;
3. Analisar como a perspectiva do MEC acerca da reestruturação tem por base o aumento do processo de privatização do ensino superior, bem como o fortalecimento das estruturas internas de poder das IES;
4. O documento deve ser elaborado com a perspectiva de servir como um primeiro instrumento de trabalho para o movimento.

Com relação à Comissão para elaboração foram apresentadas duas propostas; a primeira que a Plenária escolhesse, e a segunda que tal tarefa fosse assumida pela atual Diretoria da ANDES. Passando-se a regime de votação, foi aprovada, por unanimidade, a elaboração deste documento que se intitularia Carta de Florianópolis. Logo a seguir foram votadas as duas propostas acerca do processo de constituição desta Comissão, sendo aprovada que o Congresso a escolheria, havendo a proposta de ser elaborada pela Diretoria recebido apenas um voto. Em seguida, a Mesa solicitou ao plenário a apresentação de nomes para compor a Comissão. Foram apresentados os seguintes: Sidney (ADUSU), Neidson (UFMG), Newton (ADUFSCar), Flávio (APUB), Carlos (PUC-Campinas), Raul (APUFSC), Edmundo (ADUNICAMP), e José Vicente (ADURGS), decidindo o plenário pela aprovação de todos os nomes. Foi aprovado por unanimidade que este documento seria apresentado, discutido e aprovada a sua forma final no início da Plenária deste Congresso. Foi decidido ainda que esta carta seria enviada às entidades estudantis e de servidores das IES, nesse primeiro momento, buscando iniciar a divulgação e ampliação da campanha.

Passou-se à discussão de propostas de encaminhamento do processo de debate sobre a questão da reestruturação, tendo por base as propostas aprovadas pelo Grupo Setorial das Autarquias. Foi aprovada por aclamação a realização de encontros a nível das AD's a nível regional. Ainda a partir daquela proposta estabeleceu-se a discussão com relação à realização de um Congresso Extraordinário da ANDES e outra proposta de que fosse realizado um CONAD, após o Simpósio e não um Congresso. Após inúmeras intervenções em defesa das duas propostas, a Mesa considerando haver relativo consenso no que tange à realização de um Simpósio, com participação dos demais setores da comunidade universitária e da sociedade, propôs como encaminhamento que o plenário deliberasse imediatamente sobre isso. A questão foi acatada e aprovou-se por unanimidade a realização do Simpósio. Considerada que a questão acerca da realização de um CONAD (proposta 1) ou Congresso Extraordinário (proposta 2) ao Simpósio, após os encaminhamentos regimentais procedeu-se à votação com o seguinte resultado: P1 — com 134 votos; P2 — com 70 votos, verificando-se duas abstenções. Tendo em vista a concretização do que foi aprovado, reabriram-se as discussões para a apresentação de propostas para local e data, respectivamente, 10 de junho, em Brasília (DF), seguindo o CONAD (P1), 3-4/julho Simpósio: 3-4/julho, CONAD 5-6/julho, Campinas (SP) (P2), última semana de maio, Brasília (DF), (P3) e que fosse delegado à diretoria da ANDES esta decisão, condicionada a que se realizasse antes de 30 de junho (P4). Após discussão e justificativa das propostas procedeu-se à votação, sendo aprovada a proposta P4 com apenas 10 abstenções, ficando prejudicada a votação das demais propostas.

Foi apresentada a seguir a proposta de que o I Congresso nacional da ANDES declare o ano de 1982 como o ANO DA DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO, utilizando para divulgação, cartazes, símbolos, etc. Posta em regime de votação foi aprovada com dois votos de abstenção.

Dando continuidade ao processo foi aprovada por aclamação a proposta de realização de um DIA NACIONAL DE REFLEXÃO SOBRE A UNIVERSIDADE, durante o qual os docentes discutiram, em sala de aula, o problema da reestruturação da Universidade.

Foi apresentado pelo Prof. Maciel (APUFSC) proposta de que a ANDES solicite à Comissão de Educação da Câmara de Deputados a realização de um SIMPÓSIO SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL com a participação da ANDES, CPB, CRUB, UNE e ASSOCIAÇÕES DE FUNCIONÁRIOS (proposta do Prof. Maciel). Aprovada por ampla maioria, com 03 votos contra e 17 abstenções.

Ampliação e fortalecimento do Grupo de Trabalho sobre Política Educacional (através das AD's), permitindo que ele possa assumir a tarefa de assessorar a Diretoria na luta referente à proposta de reestruturação da Universidade. (proposta contida no relatório do Grupo Setorial das Autarquias, reformulada) — Aprovada por ampla maioria, com um voto contra e 12 abstenções.

Foi decidido que a ANDES encaminhará para estudo da Assessoria Jurídica a questão da desvinculação do pessoal das IES autárquicas do DASP, na medida em que a mesma provavelmente resultará no tratamento diferenciado dos corpos docentes das diversas instituições autárquicas, quebrando-lhes a unidade atualmente existente, além de caracterizar seus professores e funcionários como uma casta privilegiada em meio aos demais servidores federais.

Luta unificada da ANDES contra a proposta do MEC à reestruturação da Universidade, buscando a articulação com os demais setores da sociedade (CPB, UNE, UBES, Entidades de Funcionários, Comissão Pró-CUT, CNBB, etc.) — (proposta contida no Relatório do Grupo Setorial das Particulares, reformulada) — Aprovada por ampla maioria, 1 voto contra e 6 abstenções.

Foi rejeitada a proposta contida no Relatório das Autarquias no sentido de que as aulas inaugurais de 1982 sejam dedicadas ao tema da Defesa do Ensino Público e Gratuito, com 34 abstenções.

A Plenária foi suspensa às 19:00 horas e reconvocada para as 20 hs.

## CONTINUAÇÃO DA I PLENÁRIA

INÍCIO: 20:50 hs.

TÉRMINO: 22:40 hs.

### MESA DIRETORA

Presidente: Prof. Marco Antonio Sperb Leite

Vice-Presidente: Prof. Jorge Lorenzetti

Secretário Geral: Prof. Agamenon Almeida

Sub-Secretários: Prof. Sérgio Pires – Prof. Carlos Alberto Tomaz

Iniciada a Plenária, propôs que se encaminhasse o processo de discussão do eixo de luta referente às QUESTÕES SINDICAIS inicialmente a partir das lutas que envolvem os diferentes setores.

1. Regulamentação nacional da carreira docente.
2. Estabilidade no emprego.
3. Reajuste semestral não inferior à inflação.
4. Condições de trabalho.

Aceito pelo plenário passou-se à discussão do primeiro ponto.

### A. REGULAMENTAÇÃO NACIONAL DA PROFISSÃO

Várias intervenções foram feitas iniciando-se pela justificativa da proposta (Prof. Furtado – ADUFC), sendo levantados alguns aspectos a serem esclarecidos concernentes às propostas de luta das particulares. Este ponto será reapresentado na Plenária Final.

### B. ESTABILIDADE NO EMPREGO

Aberta a discussão, foram feitas algumas intervenções e levantados alguns aspectos específicos ligados mais diretamente ao setor das particulares. Decidiu-se que este ponto seria retomado na Plenária Final a partir de propostas daquele setor.

### C. REAJUSTE SEMESTRAL NÃO INFERIOR À INFLAÇÃO

No processo de discussão, verificou-se a importância do caráter unificador deste eixo com relação ao conjunto dos professores e suas vinculações com o funcionalismo público.

### D. CONDIÇÕES DE TRABALHO

No processo de discussão verificou-se, a partir da proposta do Grupo Setorial de Fundações, que envolvia aspectos amplos que interessam ao conjunto do movimento, tais como:

- i. Recursos físicos e materiais adequados
- ii. Condições de estudo e aperfeiçoamento do corpo docente
- iii. Disponibilidade de creches
- iv. Assistência média extensiva à família
- v. Complementação salarial para afastamentos por motivo de saúde pelo INPS.

Foi proposta a aprovação dos eixos, por aclamação, sendo acatado pelo plenário.

Dando continuidade aos trabalhos, a Presidência encaminhou no sentido de se proceder à discussão e deliberação das lutas específicas e seus encaminhamentos, referentes às QUESTÕES SINDICAIS, a partir das propostas setoriais.

### 1. FUNDAÇÕES

- a) Carreira: intensificação do debate sobre o projeto de Carreira Unificada nas AD's, com matérias em seus jornais e elaboração de jornal da ANDES destacando suas principais vantagens, denunciando a falácia dos argumentos do MEC, propondo formas de enquadramento, etc. As AD's discutirão formas de mobilização para deliberação a ser tomada no próximo CONAD.
- b) Continuidade da luta pela exclusão das IES's Fundações do âmbito da Lei n.º 6.733.

c) Campanha salarial:

- Elaboração de jornal mostrando as disparidades de salários e reajustes entre as Fundações, as consequências da política salarial, experiências de campanhas salariais nas Fundações, etc.
- Envio ao MEC de reivindicação de que o reajuste para as IES Funções Federais, em março, seja de no mínimo INPC + 15%.

d) Condições de trabalho:

- Carga horária didática de, no máximo, 180 horas anuais
- Isomeria salarial.

Todos foram aprovados por aclamação.

## 2. PARTICULARES

A Plenária decidiu aprovar por aclamação as lutas específicas deste setor, relacionadas a seguir. Foi proposto que o plano dessas lutas seria fruto de deliberação posterior, a ser apreciado na Plenária Final, como segundo ponto de pauta. Aprovado com 5 abstenções.

### LUTAS ESPECÍFICAS:

- i. Carreira docente unificada
- ii. Estabilidade de emprego
- iii. Campanha salarial unificada
- iv. Acordos coletivos internos nas IES
- v. Democratização e autonomia da Universidade
- vi. Campanha de sindicalização.

## 3. ESTADUAIS

Inicialmente, procedeu-se à discussão acerca da proposta de criação de cursos noturnos como forma de defesa do ensino público e gratuito; após várias intervenções, a proposta foi retirada em virtude de se haver discutido com profundidade a questão. Foram definidos como eixos de lutas específicas do setor os seguintes:

- i. Campanha pelo reajuste semestral
- ii. Luta pela eliminação do exame de livre docência e concurso para professor adjunto.

## 4. AUTARQUIAS

Foram aprovadas por aclamação os seguintes eixos de lutas:

- i. Reajuste semestral de salários
- ii. Reposição salarial e campanha salarial para 82
- iii. 13.º salário para os estatutários
- iv. Estabilidade no emprego
- v. Distorções da carreira.

A seguir, passou-se à discussão dos encaminhamentos referentes aos eixos. Várias intervenções sobre os encaminhamentos foram feitas, principalmente com referência às propostas de um Dia Nacional de Greve a ser levado às AD's e de convocação de um CONAD, até o final de abril, que incluísse em sua pauta a avaliação da decisão do Congresso Nacional acerca da emenda constitucional sobre o reajuste semestral. Foram aprovados e chegou-se aos seguintes encaminhamentos:

- a) Criação de grupo de trabalho, neste Congresso, para apresentar proposta de luta unificada pelo reajuste semestral, pela reposição salarial, pelo 13.º salário para os Estatutários, planejando a campanha salarial para 1982; - Aprovado por aclamação, com 3 abstenções. Deliberou-se que as AD's de Santa Catarina, Bahia e Rio de Janeiro cumpriram este Grupo.
- b) Realização de assembleias pelas AD's até 20 de março, para deliberar sobre um Dia Nacional de Luta em conjunto com a CPB e outras entidades. Aprovado por 96 votos, verificando-se 59 votos para a proposta de um Dia Nacional de Paralisação e 4 abstenções.

- c) Organizar caravanas para o Distrito Federal, uma vez que a votação no Congresso Nacional será até 29 de março vindouro: Aprovado por aclamação.
- d) Convocação de CONAD até o final de abril incluindo na sua pauta a avaliação da decisão do Congresso Nacional sobre o reajuste semestral; Aprovado com 4 abstenções ficando decidido que a diretoria definitiva local e data específica.
- e) Criação de grupo de trabalho da ANDES, a ser constituído nesse Congresso para levantar a real situação das distorções com o projeto de carreira; apresentar um plano de luta específica para correção destas distorções. Aprovado com 4 abstenções. Decidiu-se ainda que este grupo seria constituído a partir das AD's da Bahia, Rural do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Alagoas.
- f) Definir que o regime preferencial de trabalho é o de dedicação exclusiva, com a possibilidade de opção, pelo docente, do regime especial de vinte horas. Esta proposta foi apresentada pela ADUFF (40 horas com regime preferencial) e emendada pelo plenário. Aprovada por aclamação. Excluindo este tópico, passou-se à discussão do Eixo de Luta referente às LUTAS GERAIS.  
Após a leitura da proposta do Grupo Setorial das Autarquias foi aprovada por aclamação à exceção do que se refere à luta contra o Pacote da Previdência para o qual seria apresentada proposta posteriormente.

#### **LUTAS GERAIS**

1. Maior articulação com os movimentos sociais, inserção na luta política democrática geral da sociedade;

Por aclamação, foi aprovado segundo eixo de lutas gerais:

2. Repúdio aos casuísmos eleitorais do Governo, pelas eleições diretas em todos os níveis com garantia de eleições livres e diretas em 82.

Logo a seguir foram apresentadas 2 propostas referentes ao pacote da Previdência com o respectivo encaminhamento, sendo ambas aprovadas por maioria, e com 2 abstenções decidindo, ainda, o plenário que as mesmas fossem fundidas num único eixo pela Mesa.

3. Luta contra o Pacote da Previdência Social.

— cada AD deverá incorporar-se ao movimento sindicalismo brasileiro no sentido de barrar o pacote da previdência social inclusive com ações judiciais, mobilização junto ao Congresso no dia de sua votação, bem como, realizar um movimento pela criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito acerca do problema da Previdência Social.

Em seguida, discutiu-se e deliberou-se sobre alguns encaminhamentos propostos dentro dos eixos aprovados. Inicialmente, a proposta sobre a participação da ANDES e AD's nos ENCLAT e no CONCLAT foi discutida, com posicionamentos no sentido de que apenas a ANDES participasse, bem como foi questionada a participação das AD's particulares, sob a justificativa de que os professores deste setor já poderiam participar através dos sindicatos dos Professores. Após várias intervenções, foi solicitada a verificação de quorum com base no artigo 24 do Regimento Interno. A Presidência no sentido de que a verificação se fizesse juntamente com a votação da proposta abaixo apresentada.

#### **ENCAMINHAMENTOS**

- a. Participação das AD's e ANDES nos ENCLATS e CONCLAT lutando pela criação de uma CUT; participação desta com os mesmos critérios para os demais trabalhadores, inclusive com a participação das AD's particulares; articulação com a comissão pró-CUT, com o funcionalismo público e com os professores de 1º e 2º grau (CPB) em nossas lutas. Encaminhar discussões a partir de março no âmbito de cada AD, sobre os pontos constantes do temário do CONCLAT; Aprovada com 135 votos a favor, 1 voto contra e 4 abstenções.  
Constatando-se, portanto a existência de quorum regimental, explicitado pela Mesa, desde que existam 270 delegados credenciados ao Congresso. Logo a seguir foi discutida a seguinte proposta.
- b. Ativação da comissão tirada no Conclat entre Andes/CPB/Confederação dos Servidores, apoiando e implementando o Encontro Nacional de Servidores no primeiro semestre deste ano.



Aprovada por maioria, verificando-se 6 abstenções.

- c. Estimular em cada IES a criação de jornal universitário tripartite (AD's, DC's e funcionários) voltado para as lutas comuns.

Aprovado com 6 abstenções. Foi aprovada por aclamação a recomendação que se segue:

— Que este Congresso recomende às AD's a discussão generalizada e metódica sobre os problemas de transformação da metodologia do ensino e da atualização dos conteúdos no sentido de fazê-los mais adequados aos interesses do conjunto da população brasileira.

Finalizando, foi levantada a questão acerca de uma proposta do Congresso no que se refere à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que, no entanto, será levada pelo proponente sob a forma de moção à Plenária Final do Congresso.

Concluídos os trabalhos, a Mesa encerrou a I Plenária do I Congresso Nacional da ANDES.

## ATA DA II PLENÁRIA DO I CONGRESSO NACIONAL DA ANDES

LOCAL: Florianópolis — SC  
DIA: 05 de fevereiro de 1982

INÍCIO: 10:00 hs  
TÉRMINO: 24:00 hs.

### MESA DIRETORA:

Presidente: Prof. Luis Pinguelli Rosa  
Vice-Presidente: Prof. Flávio Valente  
Secretário Geral: Prof. Rubens Pinto Lyra  
Sub-Secretário: Prof. Arlindo Raposo — Prof. Francisco José da Costa Alves

A Plenária aprovou, por unanimidade, os eixos de luta definidos pelas AD's das IES particulares, assim como o detalhamento das lutas específicas.

A Plenária aprovou proposta no sentido de que a ANDES assuma a realização do II Encontro Nacional de Saúde, a ser realizado em São Paulo.

O Prof. Foot, delegado da ADUFPB-JP, solicitou que constasse em ata uma declaração da bancada da ADUFPB-JP, considerando mal encaminhado o processo de discussão sobre a sucessão da ANDES. Estima a bancada da ADUFPB-JP que essa discussão não levou em conta critérios e princípios programáticos, desvinculando a questão dos nomes da futura Diretoria de uma análise política que respaldasse o processo eleitoral.

O Prof. Michel Zaidan pediu que constasse em ata, declaração de voto, em anexo, em defesa do processo de eleições diretas e criticando a forma de escolha da atual Diretoria da ANDES. O Prof. Edgard Malagodi solicitou que constasse em ata, declaração referente a seu voto no que diz respeito a forma de eleição da Diretoria da ANDES, manifestando a sua estranheza pelas declarações do Prof. Michel Zaidan.

O Prof. Rubens Pinto Lyra, após a declaração do Prof. Michel Zaidan, formulou um veemente protesto contra o teor das declarações do Prof. Michel Zaidan, por ela consideradas como ofensivas à dignidade pessoal e política dos Diretores da ANDES. No mesmo sentido, manifestaram-se os Profs. Osvaldo Maciel e Flávio Valente. O Prof. Maciel defendeu o direito que tem o Prof. Zaidan de manifestar o seu ponto de vista sobre quaisquer assuntos e de inserir declarações de voto na ata.

Repeliu porém, com toda a veemência a qualificação de "oportunistas" para os diretores da ANDES, eleitos pelo Congresso de Campinas. Declarou que eram todos oriundos do movimento que culminou com a criação da ANDES. Terminou instando o Prof. Zaidan a se candidatar nas eleições da ANDES. A plenária através de prolongados aplausos solidarizou-se com as palavras dos diretores da ANDES.

A plenária deliberou que a questão da imunidade sindical dos dirigentes da ANDES não constasse no estatuto, considerando, no entanto, que o movimento deveria empenhar-se no sentido de conquistar a imunidade conferida aos dirigentes sindicais.

### ESTATUTO DA ANDES

A plenária do I Congresso da ANDES aprovou em bloco o estatuto apresentado pela ADUFRJ, com as emendas abaixo relacionadas e modificação ou supressão dos dispositivos que conflitem com as referidas emendas:

- 1) Os parágrafos 1, 2 e 3 do art. 3º são incorporados ao art. 8º do Estatuto da ADUFRJ.
- 2) O art. 5º passa a ter a seguinte redação:  
A ANDES é uma associação democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado e às administrações universitárias.
- 3) O art. 6º passa a ter a seguinte redação:  
A ANDES tem por objetivos principais:
  - I — Congregar e representar os docentes das instituições de ensino superior (IES) de todo o país;
  - II — Expressar as reivindicações e lutas dos professores das instituições de ensino superior nos planos educacional, econômico, social, cultural e político;

- III – Coordenar e unificar o movimento dos docentes do ensino superior nas iniciativas de alcance nacional, preservando os interesses regionais e setoriais;
- IV – Fortalecer as Associações de Docentes existentes, respeitando a sua autonomia e incentivar a criação de novas;
- V – Defender a autonomia da Universidade frente a quaisquer iniciativas impostas por interesses, instituições e órgãos capazes de inibir sua livre atuação;
- VI – Buscar a integração com movimentos e entidades nacionais e internacionais que lutam por princípios que expressam a defesa dos interesses dos docentes;

**Parágrafo Único:** A ANDES defenderá uma política educacional que atenda às necessidades populares e buscará a integração com entidades representativas de professores, trabalhadores e demais setores sociais na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro.

- 4) A parte dos estatutos referentes à forma de filiação dos sócios à entidade deverá consagrar o princípio da *filiação através das respectivas AD's*, ou, onde não existir AD's, através das Comissões Pró-AD.

**Somente** poderá ocorrer *filiação direta onde não houver Comissões Pró-AD's ou entidades docentes*, filiadas ou não à ANDES.

A filiação dos sócios diretos se fará *através da Vice-Presidência Regional* ou, por delegação, através de uma AD da região, "ad referendum" do CONAD.

- 5) A *filiação das AD's à ANDES* se fará através de uma Assembléia Geral, resultando deste modo a filiação de todo o conjunto dos associados, automaticamente.
- 6) A sistemática atual de *representação dos Delegados, no Congresso da ANDES*, é mantida sem alterações: um Delegado pela Diretoria da AD e um número de delegados que varia de acordo com o número de associados da AD, conforme proporcionalidade aprovada no III CONAD (esta parte deverá constar nas disposições transitórias).
- 7) No que se refere à competência de *Convocação do Congresso*, ficou definido que *somente o CONAD poderá convocá-lo*.
- 8) *Época de realização do Congresso*: em janeiro ou fevereiro.
- 9) Ficou estabelecido, quanto à *deposição dos diretores da ANDES*, que esta só poderá se efetivar mediante resolução de um *Congresso especificamente convocado para este fim*, sendo eliminado o dispositivo referente à convocação de um plebiscito para referendar a resolução do Congresso.
- 10) No próximo Congresso, as *modificações do estatuto* serão aprovadas com *50% mais um* dos Delegados, em lugar dos 2/3 previstos no Estatuto da ADUFRJ.
- 11) Foram eliminados os dispositivos do estatuto da ADUFRJ referentes à *setorização da entidade* (art. 35 do mencionado estatuto).
- 12) *A atual estrutura da Diretoria da ANDES é mantida*, acrescentando-se aos atuais cargos: 1) um suplente para cada vice-presidente regional. 2) um suplente para o Presidente, um para o Secretário Geral e um para o Tesoureiro. Ficam revogados todos os dispositivos do estatuto da ADUFRJ que contrariam a atual estruturação da Diretoria, e sua forma de eleição.
- 13) Quanto a sistemática adotada para as *decisões na Diretoria*, ficou estabelecido que o número mínimo requerido para as suas deliberações é de *metade mais um de seus membros*. Com este quorum mínimo, a diretoria decide por maioria simples.
- 14) Após o art. 64.º, acrescentar: A ANDES poderá se filiar a organizações nacionais e internacionais que lutem pelos princípios e objetivos contidos no presente estatuto, sendo a filiação referendada em Congresso em cuja pauta deverá constar esta matéria.

#### INDICAÇÃO DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO ELEITORAL

O Plenário aprovou a indicação de quatro associados para integrarem a Comissão Coordenadora para o processamento das eleições para a Diretoria da ANDES. (Art. 4.º do Regimento Eleitoral). São eles os Professores Nader Wafae, da ADEPM; José Benedito Schneider, da ADUNICAMP; Ari Fernandes da APROPUC e Flávio Augusto Picchi da ADUFSCar.

## APROVAÇÃO DE MOÇÕES

O Plenário aprovou 22 moções.

## ENCERRAMENTO

No encerramento a plenária atribuiu à Diretoria da ANDES a fixação do valor da contribuição social para 1982.

O Presidente da ANDES agradeceu, em nome da Comissão Organizadora a moção de congratulações aprovada pela Plenária. Em seguida concitou os Congressistas a se constituírem em elementos mobilizadores para o trabalho das AD's em 1982, do qual depende, diretamente, o êxito da ANDES. Solicitou também que todos contribuíssem para levar as bases do movimento a discussão sobre as eleições para a Diretoria da ANDES. A seguir declarou encerrado o I Congresso Nacional da ANDES.

**ANDES**

Of. Circ. n.º 002/82

Florianópolis, 09 de fevereiro de 1982

Da: ANDES

Às: AD's

Assunto: Resoluções do I.º Congresso Nacional da ANDES

Prezado Colega:

Estaremos enviando brevemente, o relatório final do I.º Congresso Nacional da ANDES. No entanto, considerando a importância de algumas deliberações, bem como, a necessidade de sua análise, programação e implementação, vimos pelo presente divulgar estas deliberações bem como algumas decisões tomadas pela Diretoria da ANDES em reunião realizada no dia 06 do corrente.

1. Uma das decisões mais importantes para o movimento é, sem dúvida, havermos deliberado no I.º Congresso, que 1982 seria o ANO DA DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO. Torna-se necessário, no entanto, transformarmos isto em realidade.

Sugerimos a discussão pelas AD's de formas concretas de encaminhar esta campanha. O Professor Marco Antônio Leite foi encarregado pela Diretoria de planejar e propor na próxima Reunião da Diretoria, as ações de uma campanha nesse sentido. Pedimos às AD's que enviem sugestões nesse sentido, bem como propostas com vistas à elaboração de um cartaz alusivo. Solicita-se, também, que essa decisão seja amplamente divulgada às entidades co-irmãs locais, partidos, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

Deve-se também, fazer contatos com as entidades locais, filiadas à CPB, com vistas a ações conjuntas. Isso se aplica igualmente às entidades estudantis.

2. Durante a primeira semana do semestre letivo, as AD's deverão estimular a discussão, em sala de aula, acerca da reestruturação da universidade, explicitando suas relações com a proposta de cobrança de anuidades no ensino público e os perigos de sua privatização.

3. O Grupo de Trabalho sobre Política Educacional será fortalecido e ampliado mediante a participação de outros membros de AD's (indicados por estas). Este G.T. deverá até o final de fevereiro apresentar roteiro de trabalho para orientação das AD's.

4. Foi criado um G.T. que deverá, até o final de março apresentar uma proposta de campanha salarial para as autarquias, incluindo reajuste semestral, reposição salarial e campanha, 13.º mês para estatutários, etc. O núcleo básico será formado pelas AD's de Santa Catarina, Bahia e Rio de Janeiro. Coordenação: Prof. Flavio Valente (Bahia).

5. As AD's deverão realizar assembléias gerais até o dia 20 de março para deliberar sobre um Dia Nacional de Luta pelo Reajuste Semestral. Sugerimos incluir na pauta os temas: Reestruturação da Universidade e Campanha em Defesa do Ensino Público e Gratuito. Solicita-se que as datas das Assembléias sejam comunicadas à Diretoria e que as deliberações das Assembléias Gerais sejam igualmente e rapidamente comunicadas à Diretoria.

6. Foi deliberado também, a organização de caravanas a Brasília no período de votação pelo Congresso nacional da Emenda Constitucional sobre o assunto. (Prazo limite para votação: 29/03/82).

7. Realização de reunião de CONAD, nos dias 16 a 18/04/82 em Natal, RN (data e locais deliberados pela Diretoria por delegação do Congresso) que incluirá em sua pauta a avaliação da mobilização pelo reajuste semestral e a decisão do Congresso.

8. Foi criado um G.T. com o objetivo de levantar a real situação das distorções da carreira e de apresentar plano de lutas específica. Este G.T. tem por base as AD's das Universidades autárquicas da Bahia, Rural do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Alagoas. (v. documento anexo).

9. Foi deliberado que o regime preferencial de trabalho para os docentes será o de dedicação exclusiva, com a possibilidade de opção, pelo docente, do regime especial de 20 horas. As AD's devem comunicar às CPPDs esta decisão e procurar a sua implementação.

10. Decidiu-se mobilizar o conjunto dos professores contra o pacote governamental da previdência social. Como um primeiro passo a diretoria da ANDES, por deliberação do Congresso, estabelecerá contatos junto ao Congresso Nacional no sentido da instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Previdência Social, bem como contactará outras entidades como CPB, CSPB, FASUBRA, Sindicatos, Comissão Pró-CUT, etc., para um trabalho conjunto.

11. O Congresso deliberou no sentido da participação das AD's e ANDES nos ENCLATs e no CONCLAT lutando pela criação da CUT. A Diretoria encaminhará contatos com a Comissão Nacional Pró-CUT com o objetivo de garantir esta participação a partir dos mesmos critérios definidos para os demais trabalhadores, bem como, a participação das AD's das IESs particulares. A Diretoria da ANDES sugere, de acordo com as condições locais, que as AD's ofereçam o espaço das Universidades para realização dos ENCLATs. Para estimular as discussões a respeito do temário e das Resoluções da CONCLAT, a Diretoria enviará em breve esses documentos a todas as AD's.

12. Foi decidido que se estimule a criação de jornais de caráter tripartite. (AD's, DCEs e Funcionários) voltados para as lutas comuns.

13. Com relação à questão da Reestruturação da Universidade foi decidido a realização de encontros sobre o assunto a nível das AD's, bem como a nível regional. Após isto, a ANDES realizará um Simpósio Nacional seguido da realização de um CONAD para unificação de análises, propostas, etc. Este CONAD deverá ser realizado antes de 30 de junho, devendo a data e local serem definidos pela Diretoria da ANDES.

14. O Congresso decidiu que a ANDES reivindicará que o reajuste salarial de Março para os professores das IESs fundações seja igual ao índice do INPC + 15%. A Diretoria encaminhará ofícios aos Reitores daquelas IES neste sentido, com cópia ao Ministro da Educação e Cultura.

15. Para as IESs estaduais foi decidido que a ANDES se posicionará contra o exame de livre docência e o concurso para professor adjunto.

16. O Congresso recomendou ainda às AD's para que abram discussões generalizadas e metódicas sobre os problemas de transformação da metodologia do ensino e da atualização dos conteúdos no sentido de torná-los mais adequados aos interesses do conjunto da população brasileira.

Solicitando que estas decisões sejam implementadas e aguardando sugestões e colaborações dos colegas, apresentamos, nossas mais cordiais

Saudações Universitárias

Prof. Osvaldo Maciel  
Presidente

## **PONTOS PARA UMA AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO (DIRETORIA PROVISÓRIA DA ANDES)**

### **01. CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ANDES**

O movimento nacional dos docentes universitários cujo processo de construção se inicia por volta de 1977, surge no bojo de todo um processo de lutas democráticas que a sociedade brasileira experimentava. Ao lado disso, agravava-se a crise econômica, social e política que gradativamente colocava o sistema em questionamento. Os efeitos dessa crise cujas repercussões já eram uma constante para alguns segmentos da sociedade se expandem com maior rapidez. E, na medida em que o aparelho estatal se tornava cada vez mais incapacitado em administrá-la, suas repercussões sobre o ensino superior também se avolumam. É dentro deste quadro que o movimento vai se construindo e expandindo. Amplia-se o número de AD's, uma articulação nacional se esboça, princípios gerais são definidos, plataformas de lutas são esboçadas e encarninhadas. No entanto, o movimento se ressentia da falta de instrumentos mais efetivos de coordenação e direção. É criada a Coordenação Nacional. No entanto, somente à medida que as lutas específicas se efetivavam, as experiências se acumulavam, o movimento atinge um grau de maturidade que definia a necessidade de uma entidade nacional. A greve das autarquias federais, garantindo o caráter nacional da luta de um segmento do movimento, aliado ao somatório de lutas específicas e setoriais desenvolvidas representam um marco qualitativo básico para o movimento. É assim, que, em fevereiro de 1981, se realiza o I CNDU em Campinas, S.P., cuja decisão historicamente mais importante foi a criação da ANDES. A importância histórica desse fato talvez ainda não esteja assumida na sua plenitude.

Certos aspectos desse processo de construção da ANDES devem ser enfatizados, desde que são essenciais para a caracterização da entidade, diferenciando-a de outras organizações, bem como favorecendo a sua consolidação. Primeiro, a ANDES é criada como resultado de um processo de lutas concretas e não a partir de uma concepção abstrata. Segundo, ela incorpora o caráter democrático de funcionamento das AD's intimamente ligadas às bases e organizadas a nível de local de trabalho. Terceiro, a ANDES surge, por estas razões, como uma entidade viva, combativa que unifica o movimento, nacionalmente, de forma autônoma e independente.

No decorrer do seu primeiro ano, a ANDES teve que assumir, através de suas diferentes instâncias de decisão, algumas tarefas fundamentais. Entre estas, a de coordenar e orientar, a nível nacional, as diferentes lutas que se colocavam para o movimento, garantindo, ao mesmo tempo, um mínimo de organização e infraestrutura internas, ao lado da necessidade de favorecer o processo de expansão do movimento. Como seria de esperar, tais tarefas não foram cumpridas na sua plenitude. Vários fatores contribuíram para isso, entre eles, a pouca experiência nacional do movimento, a indefinição do Congresso de Campinas em certos aspectos, em especial no que diz respeito à elaboração de um programa de lutas claro e objetivo, as limitações da própria Diretoria e sérias dificuldades de ordem financeiras devido a uma arrecadação irregular e bem aquém das necessidades que se impunham.

Mesmo assim, um balanço realista deste ano, mostra que a ANDES se consolidou nacionalmente, mesmo sem ter ocupado todos os espaços disponíveis.

É importante verificar que o processo de consolidação da ANDES a nível do movimento, o processo de reconhecimento da ANDES pela sociedade civil e pelo Governo, em especial pelo MEC, se deu na medida em que o movimento que já vinha se afirmando através de suas lutas, dá continuidade a isso, fortalecido e unificado pela criação de sua entidade nacional.

Uma avaliação real e objetiva da ação da entidade exige a análise de algumas deficiências que se evidenciam, na perspectiva de que a instância máxima da ANDES assumira a sua solução.

Retomando o que já foi colocado anteriormente acerca da incapacidade do Congresso de Campinas em definir os eixos políticos do movimento, verifica-se que isto dificultou o aprofundamento e a discussão política tanto a nível interno do movimento quanto nas suas relações com o restante da sociedade. Isto não foi realizado plenamente quer pelo

CONAD quer pela Diretoria. A dinâmica do movimento e da própria sociedade, no entanto, colocam questões novas e urgentes que exigem agilidade de resposta a nível nacional e uma orientação política clara e objetiva que garanta a unidade do movimento. Consta-se pois que a fragilidade de direção política é responsável por várias falhas, podendo-se destacar, entre elas:

(i) O não avanço do movimento no sentido da sua vinculação com as lutas dos demais trabalhadores e de outros segmentos da sociedade. Isto pode ser exemplificado pela incapacidade de assumir efetivamente a participação na I CONCLAT para a qual o II CONAD definiu pontos vinculados quase que exclusivamente aos problemas ligados à questão educacional. Com exceção de algumas AD's, os espaços que se abriam para um entrosamento com o funcionalismo público, como no caso da luta pelo reajuste semestral, não foram plenamente ocupados.

(ii) Quanto aos problemas de democratização e autonomia da Universidade, dois pontos merecem ser levantados. Primeiro, o movimento não conseguiu explicitar e concretizar pontos específicos. Segundo, as experiências concretas de democratização levadas a efeito por várias AD's não foram encampadas pelo conjunto do movimento. Sendo que, em certos casos, o que se conseguiu obter não ultrapassou uma solidariedade formal, como nos casos do CCLH da Universidade Federal da Paraíba — João Pessoa e na crise da Unicamp.

(iii) De certa forma foram subestimadas a força e potencialidade da entidade, levando-a a não expressar a dimensão nacional e a dinâmica do movimento dos docentes do ensino superior, com suas exigências especificadas.

(iv) Em certa medida, o movimento não avançou muito no sentido de romper suas características de cunho corporativista que marcaram algumas lutas.

(v) O entendimento de que a questão de sustentação financeira da entidade é um aspecto nitidamente político e de fundamental importância para seu funcionamento ainda representa um obstáculo à sua ação efetiva. Por exemplo, de cerca de 60 entidades que estiveram presentes ao I CNDU, apenas 48 permanecem regularmente e mesmo estas, em grande parcela, somente efetivam suas contribuições quando da realização de cada CONAD.

## **02. AS LUTAS DO MOVIMENTO — Algumas reflexões**

Uma das grandes dificuldades experimentadas pelo movimento e, em particular, pela diretoria provisória da ANDES, remete-se ao Congresso de Campinas, conforme frisado anteriormente, na medida em que a dinâmica ali estabelecida impedia que se levasse a efeito uma avaliação profunda do movimento de docentes (exemplo específico, a não avaliação da greve das federais autárquicas em 1980) bem como a de que não fossem definidos de forma clara e objetiva os eixos de luta. Mesmo assim, no entanto, o I CONAD de São Paulo, supriu até como ponto a esta deficiência, definindo um programa mínimo de lutas que orientou a condução do movimento por parte da diretoria.

Apesar disso, algumas das lutas desenvolvidas se deram de forma episódica, não mantendo uma linha de continuidade e aprofundamento. Daí porque, muitas vezes, elas apareçam tão somente como respostas às investidas do MEC.

Considerando que o movimento ainda não conseguiu definir objetivamente e, conseqüentemente encaminhar lutas nacionais de caráter unificador, apesar de alguns dos eixos de luta levantados, apontarem para isso, tratar-se-á, sumariamente, de analisar algumas das lutas desencadeadas nos diferentes setores.

### **02.1 Autarquias Federais**

O ano de 1981 colocou para este setor uma série de desafios. Em primeiro lugar, cabia responder a toda a gama de sequelas deixadas pela greve nacional de 1980. Aquele movimento se, por um lado, trouxe conquistas parciais, por outro, colocou para o setor novas questões. Assim, inicialmente tiveram que ser retomadas algumas das reivindicações anteriores (reajuste semestral, 12% do orçamento, etc.) e novas foram agregadas, por exemplo, a questão do enquadramento imediato e equânime. Uma qualidade diferente se colocava, na medida em que, uma entidade nacional assumia agora o encaminhamento das questões. Num primeiro momento (maio) a diretoria da ANDES é recebida pelo Ministro da Educação sendo que, já àquele momento, o MEC havia delineado e divulgado as linhas gerais para im-



plantação de uma "nova" política educacional para o país. (Doc. da SESU aos Reitores, março 81) Delineou-se naquela audiência um outro ponto de fundamental importância, ou seja, a estratégia do MEC no seu relacionamento com a ANDES. Se, por um lado, ela comportava um reconhecimento, por outro, trazia no seu bojo, o autoritarismo, a perspectiva de dividir o movimento, etc.

Ainda no primeiro semestre, uma investida do MEC no sentido da privatização do ensino superior se explicita, a partir da proposta de transformação das autarquias federais em fundações. Este aspecto que já se havia colocado anteriormente não fora, no entanto, aprofundado.

Inicialmente de forma tímida, a ANDES coordena o debate da questão que trouxe à tona, de forma mais clara, o real caráter privatizante e anti-democrático daquela estimativa. Teve uma importância primordial a análise que já vinha sendo elaborada pelas Fundações. Como subsídios ao setor, cabe lembrar nesse processo de luta, que outros segmentos da comunidade universitária tiveram participação marcante, em especial o movimento estudantil através da UNE, DCE's e DA's. O nível de mobilização, a postura firme (decidida a nível de CONAD) determinaram um recuo do MEC, explicitado na reunião do CRUB em Macaíó, em julho. Deve ser frisado que um erro político da diretoria da ANDES e do movimento como um todo foi o de não manter a questão da transformação concretamente como bandeira política, uma vez que era possível visualizar na ação do MEC um recuo apenas tático (veja-se a questão recolocada, sob a forma de alternativa no documento do MEC sobre a estrutura jurídico-administrativa das IES recentemente enviado aos reitores).

Ao mesmo tempo, o MEC recoloca de forma aberta e explícita a proposta do Ensino Pago nas IES públicas e, tentando desviar a questão da problemática universitária do seu centro, coloca como primordial a reforma gerencial. O nível de mobilização e a resposta efetiva da ANDES a essas questões não atingem a intensidade necessária, o que, consequentemente, não levou a conquistas concretas neste campo.

A medida que a inflação se acelera e o MEC não responde efetivamente às reivindicações do setor (v. o caso do enquadramento dos colaboradores 80 como Auxiliares através de seleção interna) cresce a insatisfação da categoria sem que, no entanto, a ANDES, nas suas diferentes instâncias deliberativas, canalize, de início, essa insatisfação. Tais reivindicações são encaminhadas ao MEC após o II CONAD (Salvador) como parte do conjunto geral de reivindicações da ANDES. A partir daí a estratégia do MEC é retomada através de respostas aparentemente evasivas (v. Doc. SESU e ANDES), o não recebimento da ANDES em audiência, acusações de rompimento do diálogo, etc.

Finalmente, reafirma-se o canal de reivindicação econômica, desdobrando nas primeiras propostas da base de uma greve nacional das federais autárquicas.

A greve eclode, inicialmente de forma isolada, caminhando rapidamente para uma aglutinação nacional do setor. A postura intransigente do MEC de não negociar, estabeleceu alguns parâmetros básicos para a deflagração da greve como o único e legítimo instrumento de luta do movimento. A unidade, a coesão, a postura democrática do movimento encontraram respaldo social, conduzindo, ainda de forma débil, a uma certa vinculação com o restante da sociedade. As tentativas do MEC de esvaziar a greve, a nível interno, visando confundir os professores, acusando a ANDES de representar uma minoria, levantando suspeitas de luta interna na diretoria, etc. e, a nível externo, tratando de colocar a opinião pública e, em especial, estudantes e funcionários contra os professores, não foram bem sucedidas, pelo menos na sua plenitude.

Vale colocar, em linhas gerais, alguns resultados desse processo de luta. A ANDES teve um papel essencial no sentido de favorecer uma aglutinação do movimento nacional das Autárquicas (em especial durante a greve) dando uma maior unidade política de ação durante todos os encaminhamentos da luta. É importante salientar, porém, que várias lacunas ainda permanecem, entre as quais a dificuldade de uma direção política mais firme no sentido de encaminhar às bases uma reflexão política mais ampla do movimento. Além disso, cumpre ressaltar também a ampliação das bases de apoio junto à opinião pública, entidades da sociedade civil, Congresso Nacional; abertura de um amplo espaço para debate da problemática universitária; abertura do debate sobre a reestruturação da universidade (proposta e luta que, mesmo de forma não coordenada vinha sendo assumida e exercida

pelo movimento); dilatação do prazo para discussão desta questão; enquadramento de parcela dos discriminados pela reestruturação da carreira; atendimento parcial das reivindicações salariais, inferior à reivindicada e sem a retroatividade, aliada a uma perspectiva discriminatória (e, portanto divisionista) com relação ao funcionalismo público. No quadro de reivindicações do setor, se colocam como pontos que apontam para o desdobramento de novas lutas: Reestruturação da Universidade, reajuste semestral e a correção das distorções no enquadramento na carreira docente, sem contar as questões mais gerais também não atendidas.

No que concerne às vinculações do movimento com outros setores da sociedade, também a greve trouxe algumas conquistas. A ANDES juntamente com outras entidades de funcionários públicos participou da luta, junto ao Congresso Nacional pela aprovação da Emenda Constitucional sobre reajuste semestral ao funcionalismo, estabelecendo-se, a partir daí, as bases para um trabalho unificado com aquele segmento, cabendo ao movimento parcela de responsabilidade no encaminhamento disso. Ressalte-se que a nível de algumas AD's esta vinculação já se estabeleceu.

## **02.2. Fundações**

O setor das Fundações Federais conseguiu alcançar, no ano em questão, grau bastante elevado de unificação interna. Apesar de não se ter esboçado movimentos de maior intensidade em termos nacionais, um maior nível de mobilização e organização levaram à intensificação da luta contra a lei n.º 6733 e à elaboração de um projeto unificado de carreira. Vale salientar a importância fundamental que a ANDES teve nesse processo. Estes pontos básicos, incorporados à pauta de reivindicações do movimento foram encaminhados ao MEC. A análise da postura do MEC feita no item anterior também se aplica aqui. As tentativas de confundir o movimento são colocadas em dois níveis: sobre a 6733, o MEC coloca a solução da questão como dependente de decisões políticas superiores, assumindo na prática a manutenção daquela lei; o projeto de carreira é colocado como uma negação da autonomia universitária.

Considera-se portanto que a existência da ANDES jogou um papel decisivo nesse processo de unificação e fortalecimento do setor. Na medida em que a questão da reestruturação da universidade passa a assumir para o movimento, um papel preponderante, novos desafios se colocam para este setor.

## **02.3 Estaduais**

No âmbito das IES Estaduais, em que pese as dificuldades para um processo efetivo de unificação, também se pode evidenciar avanços. A nível organizativo, através da aglutinação de AD's e a nível da luta pela democratização interna. Neste último ponto, o nível de mobilização e combatividade, se explicita em dois grandes eventos: a eleição do Reitor da USP e a crise da Unicamp.

No entanto, a ANDES como entidade representativa do movimento nacional dos docentes não conseguiu transmitir ao conjunto o caráter e importância da luta da Unicamp. Isto não significa que a diretoria não estivesse presente, que a solidariedade formal do movimento não se efetivasse, mas a repercussão efetiva, a avaliação crítica, os ensinamentos não foram incorporados pelo conjunto (lembre-se que a crise se desenvolvia no decorrer do III CONAD).

## **02.4 Particulares**

As questões objetivas que se colocam para as docentes deste setor tenderam a se agravar em 1981. Como consequência da crise econômica se estabelece um processo crescente de instabilidade, gerando uma intensa crise de desemprego. Num primeiro nível a ação das AD's se desenvolve (em virtude da própria legislação trabalhista) no sentido da garantia do atendimento dos direitos mínimos. Num segundo, com o objetivo de impedir a utilização das demissões como medida de repressão político-ideológica (veja-se o caso da PUC-RJ, no início do ano). Ao lado disso, se estabelece uma outra questão referente à repressão das mantenedoras às tentativas de organização dos professores, fato esse que em geral leva à demissões das lideranças e outras formas de repressão. O recrudescimento desse

processo gerou em 1981 a desativação de algumas AD's particulares e a dificuldade de criação de novas. Dadas as peculiaridades do setor a sua unificação a nível nacional encontra obstáculos sérios. Ainda assim, a ANDES coordenou a definição de algumas linhas gerais de ação: a luta pela estabilidade durante o ano letivo (v. ante-projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional) e pelo estabelecimento de uma carreira docente unificada. No entanto, o movimento como um todo ainda não encontrou formas concretas de unificação das lutas com esse setor.

Somente o entendimento profundo das razões, os erros e acertos verificados nos processos de lutas desenvolvido pela ANDES permitirão um maior amadurecimento do movimento que, dando seu primeiro salto qualitativo com a formação de uma coordenação nacional, avançou até a criação da ANDES que surgiu como proposta unificadora das lutas dos diferentes setores. A unificação do movimento entendida não como a simples somatória de lutas mas como a sua efetiva integração.

Assim este congresso deverá dar respostas a estas questões para que o movimento nacional de docentes consiga efetivamente seus objetivos.

**MENSAGEM DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL SINDICAL DO ENSINO  
APRESENTADA POR DANIEL RETUREAU, SECRETÁRIO GERAL DA  
FISE**

Caros Colegas, caros Companheiros

Trago-lhes as saudações da FISE, que é a mais importante organização mundial dos docentes e trabalhadores em educação, com mais de dezoito milhões de membros em 106 organizações nacionais de 76 países de todos os continentes.

Nossa federação é de natureza sindical e profissional. Sustenta uma concepção democrática, de massa e de luta no movimento docente, em ligação com o movimento sindical trabalhador. Desenvolve uma solidariedade ativa com as lutas sindicais e profissionais dos docentes de todos os países; sustenta, igualmente, as lutas pela independência nacional e de libertação, nas quais os docentes desempenham um papel ativo, como é o caso da América Latina.

A FISE age em plano internacional pelo reconhecimento e pela garantia das liberdades sindicais, civis e acadêmicas dos docentes, pela melhoria de suas condições de vida, de trabalho e de seus salários e pela realização de uma educação democrática, igual e gratuita, acessível a todos.

No quadro da política mundial, a FISE luta contra a influência das sociedades transnacionais na educação, contra a privatização e contra o descompromisso do estado, que assume cada vez menos suas responsabilidades nacionais em matéria de educação na maior parte dos países da América Latina e nos países dos demais continentes, que reduzem seus investimentos sociais e em educação em proveito dos investimentos em armamento e em ajuda à acumulação privada.

A FISE milita pela instauração de uma nova ordem econômica e social internacional, com o objetivo de acabar com as relações econômicas e políticas desiguais e as relações de dominação e exploração e para satisfazer as necessidades populares em matéria econômica, social e cultural.

Enfim, a FISE impulsiona a ação internacional dos docentes em favor da paz e do desarmamento, pela diminuição de todos os investimentos militares e pela utilização dos recursos mundiais na solução dos problemas vividos pela maioria da humanidade: o sub-desenvolvimento, a fome, a miséria e o analfabetismo.

Com membros em todos os continentes, em países de sistemas sócio-políticos e níveis de desenvolvimento diferentes os quais ela reúne sem distinção de raça, concepção filosófica, religiosa ou política, sobre a base unicamente do sindicalismo democrático, de massa e de luta, a FISE é uma organização de caráter universal, que abrange todos os setores do ensino; é uma organização aberta, que luta pela unidade sindical.

Nossas relações com organizações de docentes brasileiros remonta a muitos anos. Sustentamos as lutas dos docentes brasileiros e informamos os docentes dos outros países sobre estas lutas.

Desejamos aprofundar a cooperação e as trocas de informações e experiência entre os membros da FISE e as organizações dos docentes brasileiros, e agradeço sinceramente a direção da ANDES por ter-me convidado para o 1.º Congresso e pela ocasião que me é dada de fazê-los conhecer a FISE e aprender de vocês suas experiências e suas lutas.

A cooperação e a solidariedade internacionais no domínio sindical e profissional são indispensáveis. Os docentes de numerosos países deste continente e de outras partes do mundo, que lutam contra a repressão por sua liberdade, seus direitos e reivindicações, precisam de apoio moral e material de seus colegas do mundo inteiro.

Temos também necessidade de nos encontrar pra discutir todos os problemas e questões de interesse comum a nível continental e mundial.

Em 15 de maio próximo, haverá em CANCUN, no México, a 7.ª Conferência Mundial dos Docentes, organizada pelo sindicato dos docentes do México, SNTE, e a FISE sobre o tema: "o direito à educação". Ao mesmo tempo, a Confederação dos Docentes da América, CEA, terá seu congresso. Após mais de 50 anos, a CEA reagrupa as organizações democráticas de docentes do continente. Estou certo de que a ANDES poderá tomar parte ativa nestes dois acontecimentos e contribuir para seu êxito.

Espero também que a cooperação entre a ANDESe a FISEse consolidará e desenvolverá.

A FISE tem posições de princípios claros e bem definidos com relação ao ensino superior. Ao longo de cursos e seminários internacionais e pelo trabalho de nossa comissão de ensino superior que mostra o papel e a responsabilidade crescente do ensino superior na vida social e econômica, na pesquisa científica e na formação de quadros, e formula recomendações para a garantia dos direitos e liberdades dos docentes, pela democratização do acesso ao ensino superior, que deveria ser público e gratuito, e pela sua gestão democrática.

Creio que os membros da ANDES partilham esta orientação global e sobre esta base comum poderíamos trabalhar juntos no futuro.

A privatização do ensino e suas consequências sobre as possibilidades de acesso à educação e sobre seu conteúdo, sobre o estatuto e os direitos dos docentes dizem respeito particularmente ao Brasil e outros países do continente, que enfrentam uma estratégia global e orquestrada, impulsionada por organizações e agências como a AID ou o FMI. A educação de massa de alto nível é percebida como um perigo para a Comissão Trilateral, que se alegra com o retardamento no crescimento do ensino superior e que deseja "atar mais estreitamente a educação aos objetivos econômicos da sociedade". A privatização é um dos principais meios de realizar os objetivos ideológicos políticos e econômicos das sociedades transnacionais.

Em cooperação com a CEA, a FISE propõe-se a organizar uma conferência continental dos docentes para estudar os problemas atuais da educação e para formular uma plataforma de luta para os países correspondentes. Esta conferência deveria realizar-se no começo do próximo ano, e fazemos votos que possa realizar-se no Brasil, se for possível, o que traria amplo apoio internacional a suas organizações.

Grato, mais uma vez, de me terem permitido manifestar-me em seu Congresso. Desejo muito sucesso à ANDES e a todas as associações filiadas. Tenho a convicção de que a unidade de vocês, cimentada nas lutas e pelas lutas, no seio de uma associação nacional que coopera com o sindicalismo trabalhador brasileiro, constitui a melhor garantia do sucesso de suas ações e de suas legítimas reivindicações.

Florianópolis, 02 de fevereiro de 1982

## O I CONGRESSO: UM MOMENTO DECISIVO

### 1. NOSSA AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO

Toda avaliação política do primeiro ano de existência da ANDES passa necessariamente pela compreensão da dimensão e das implicações da tarefa em que estamos empenhados.

Os docentes iniciaram há alguns anos e aprofundaram em 1981 uma experiência política nova e de importância fundamental na luta do conjunto dos trabalhadores brasileiros: a sua constituição como categoria unificada a nível nacional, através de uma entidade autônoma e independente em relação aos patrões e ao controle burocrático do Estado. Entidade apoiada na organização a nível de local de trabalho (AD's) e, conseqüentemente, baseada numa relação democrática entre direção e bases.

É vital para a continuidade do movimento nacional que ele demonstre capacidade de avaliar-se friamente, de aprofundar acertos e evitar a repetição de seus erros.

O MD acertou ao constituir no Congresso de Campinas uma diretoria que congregasse as diferentes posições e lideranças nacionais de expressão real no movimento. No entanto, errou ao confundir a unidade, vital ainda hoje, com a indiferenciação, com a não explicitação de posições e divergências, cujo debate claro e aberto diante do conjunto dos professores é a base necessária de um movimento democrático.

### 2. ERROS E INSUFICIÊNCIAS

A criação da ANDES, marcada pelo signo da democracia e da mobilização, foi, no entanto, permeada por essa confusão quando, para resguardar a possibilidade de composição unitária da diretoria o movimento se absteve de fazer o balanço da greve das autárquicas. Situação agravada quando, premido pelo tempo, o Congresso elegeu uma diretoria, mas não lhe definiu um plano de lutas. Essa confusão permanece quando a diretoria da ANDES implementa a discussão da pauta da CONCLAT e, em conseqüência, o II CONAD/Salvador é constrangido a definir uma participação quase que formal no mais importante evento sindical do país nas últimas décadas. Limitando-se a defender tão somente questões específicas da categoria, absteve-se de participar da construção da entidade nacional dos trabalhadores.

A mesma confusão se mantém quando se pretende escamotear divergências reais e profundas na questão das verbas públicas para as escolas particulares.

Na despolitização das questões está a raiz da incapacidade demonstrada em superar algumas limitações fundamentais da nossa intervenção: não avançamos nem na explicitação da bandeira do ensino público, gratuito e universal nem na sua colocação em prática; não conseguimos explicitar o que entendemos por democracia e autonomia da universidade; não demos nenhum passo importante na questão fundamental da estabilidade para os docentes da rede particular; não avançamos na integração dos diferentes setores do movimento da mesma forma como demos passos absolutamente insuficientes na articulação com os setores democráticos e populares. E isto não pode ser imputado às peculiaridades dos setores que compõem o movimento e, sim, à ausência da politização das questões subjacentes.

### 3. OS AVANÇOS

Nossa avaliação passa também pelos avanços que o movimento conheceu, apesar das dificuldades políticas e estruturais. Entre esses ressaltamos:

3.1. O processo de construção da ANDES e seu reconhecimento pelo conjunto da sociedade, como a entidade que conseguiu organizar, a nível nacional e de forma independente, os professores universitários;

3.2. A existência da ANDES contribuiu decisivamente para a agilização da preparação, deflagração, condução e encerramento da greve das autárquicas, de forma unificada e a nível nacional. A greve, que trouxe ganhos salariais e a resolução do problema dos discriminados, foi a culminação de um processo de lutas e não um fato em si mesmo, desvinculado desse processo;

3.3. O respaldo oferecido pela ANDES a inúmeras AD's ameaçadas de repressão interna, ainda que insuficiente, em alguns casos;

3.4. A denúncia e a luta contra a implantação da privatização do ensino em todas as suas formas, inclusive a dos subsídios;

3.5. A unificação das fundações em torno de um projeto único de carreira do magistério;

3.6. A mobilização no sentido de excluir as universidades-fundações da aplicação da Lei 6733, o que levou o MEC a admitir a sua revogação;

3.7. O recuo imposto ao MEC quanto à implantação do projeto de fundações, forma de privatização do ensino. É preciso ter claro que isso significa, tão somente, um recuo tático e não o abandono do projeto de privatização, retomado agora sob o rótulo de "reestruturação da universidade".

#### **4. A UNIDADE**

A unidade do MD, objetivo permanente, é vital hoje para resistir à mais importante e articulada ofensiva do regime no sentido da total privatização do ensino público e gratuito em todos os níveis.

O projeto de reestruturação universitária, retomada das idéias básicas do "pacote Portela", não se restringe às universidades federais, mas é uma proposta de rearticulação global do sistema universitário cujos objetivos fundamentais são o suporte governamental ao modelo privado — hoje à beira da insolvência — e o ataque final à pequena ilha do ensino público e gratuito, representada pelas universidades federais e estaduais.

Esse ataque, justificado em esdrúxulas argumentações de "justiça social", encontra hoje na ANDES seu principal obstáculo, dado o grande poder de mobilização demonstrado pelo movimento e o fortalecimento da entidade resultante de duas importantes greves nacionais e sua inconteste capacidade de catalizar a ação dos servidores, do movimento estudantil e de importantes setores extrauniversitários. Dobrar a espinha dorsal da ANDES, isto é, quebrar sua unidade, é condição necessária para a implantação do projeto do MEC.

A definição de um prazo inicial de discussão já é uma importante conquista do MD frente ao MEC. E a questão da reestruturação, decisiva para o futuro do movimento e da universidade brasileira, apresenta uma ambivalência decisiva. Pode constituir o elemento que finalmente unifique de forma não artificial a luta dos diferentes setores do movimento. Pode também — e é precisamente essa a perspectiva do MEC — ser o fator da sua fragmentação. A ANDES demonstrou a solidez de sua unidade na luta salarial e trabalhista. O regime tentará dividi-la através do estímulo ao debate ideológico dos "modelos de universidade".

É fundamental evitar que o MD se degladie em torno de diferentes concepções da universidade que queremos, dos projetos para o futuro. Que responda claramente que a ANDES não tem um modelo de universidade mas já tem uma proposta para a universidade. Essa proposta é o resultado da elaboração coletiva do movimento ao longo de vários anos e se acha consubstanciada nas suas bandeiras e reivindicações. A reestruturação da universidade vem sendo realizada na prática e na luta de inúmeras experiências concretas.

Será tarefa do movimento traduzir, elaborar e sistematizar esses pontos básicos e essas experiências, através de amplo debate nas universidades e nas instâncias a ANDES. Será função da diretoria da entidade garantir e expressar a unidade vital à sobrevivência do movimento. Para tanto ela deverá estar dotada pelo Congresso, não apenas dessa diretriz de unidade, mas de um preciso plano de ação.

#### **5. EIXOS POLÍTICOS PARA UM PROGRAMA DE AÇÃO**

Se implementada, a reestruturação universitária proposta pelo governo terá consequências nefastas para os docentes, alunos, servidores e para a imensa maioria da população brasileira. Estende aos docentes e servidores das IES públicas as condições de trabalho das IES particulares (instabilidade de emprego, rotatividade, baixos salários etc.). Nestas últimas instituições aprofundam o grau de exploração caracterizado pela situação do subemprego, pelo regime horista, e por novas propostas como a vinculação de salário à arrecadação de anuidades, taxas escolares, etc. Esfacela o movimento dos docentes, mediante a

extinção da homogeneidade das condições de trabalho nas autárquicas. Aprofunda a elitização do acesso ao ensino e aumenta a subordinação da universidade aos grupos econômicos. Desfere um golpe sobre o processo de democratização, ao tentar destruir o movimento dos docentes e ao subtrair do conjunto da sociedade direitos duramente adquiridos.

A tarefa dos docentes nesta conjuntura compreende: a unificação interna do movimento e a unidade com todo o conjunto da classe trabalhadora na luta pelo ensino público, gratuito e universal em todos os níveis; a luta pela ampliação das dotações governamentais diretas para o ensino e sua aplicação na expansão da rede pública; finalmente, a luta pela estabilidade do emprego e por condições de salário e trabalho adequados ao esforço de melhoria da qualidade do ensino.

É necessário ainda qualificar o significado exato de algumas de nossas bandeiras. Entendemos que a democratização da universidade se expressa em dois níveis. Internamente, significa a ampliação do controle por parte do corpo universitário (professores, alunos e funcionários) sobre todas as decisões que afetam a instituição e seu funcionamento. Externamente, a universidade é democrática quando serve aos interesses da maioria da população e não de uma minoria, quando é acessível a todos os membros da população e não a uma elite cultural ou econômica.

A democratização da universidade, que objetiva a produção crítica do saber, a gestão de novas relações de trabalho e de novas formas de socialização da produção científica e cultural depende do processo e do estágio de democratização da sociedade como um todo.

A autonomia da universidade supõe necessariamente esses dois momentos e está indissociavelmente ligada ao processo de sua democratização. Autonomia financeira, administrativa e acadêmica, em si, não garantem que a universidade seja independente dos grupos econômicos e que vá servir aos interesses da classe trabalhadora. Pelo contrário, tendem a fortalecer a estrutura de poder interno à universidade e os interesses dos grupos que a sustentam.

A dificuldade e a amplitude das lutas colocadas para os docentes, mesmo as mais específicas, cada vez mais agravadas pela crise do sistema educacional, impõem uma inequívoca vinculação das lutas dos docentes e do corpo universitário ao processo de organização geral dos trabalhadores e da população brasileira, na sua luta pela democracia e pela dignidade das condições de vida e trabalho. Isto é, rigorosamente, uma necessidade política e não um pressuposto ideológico.

Nesta perspectiva, o avanço do MD depende da clara definição por este Congresso dos eixos fundamentais da nossa luta, concretizados num programa de ação, que explicita tarefas, prazos e atribuições, especialmente nossa incorporação efetiva ao processo de organização dos trabalhadores na sua entidade nacional.

O avanço do MD depende de que este Congresso afirme uma concepção democrática de unidade. Unidade garantida pela decisão das bases do movimento a partir de divergências e posições claramente debatidas, e, portanto, assumidas perante o movimento. Unidade garantida pelo respeito ao programa de lutas definido pelo Congresso.

Este documento não tem outro objetivo senão marcar uma primeira contribuição ao debate.

Continua aberto a adesões na medida em que não houve tempo suficiente para que fosse apresentado a todos os delegados.

NOME	AD
Yara Vicentini Fernandes	APROPUC CAMP
Paulo Douglas Barsotti	FMU/FIAM
Zelinda F. Gervasio	APROPUC CAMP
David Braga Jr.	APROPUC CAMP
Renato Sérgio Maluf	ADUNIMEP
Eduardo Pacheco Gianetti	ADUNIMEP
Lineu Carlos Maffezoli	APROPUC CAMP
Marco Antônio S. de Faria	ADUNIMEP



NOME	AD
Carlos Roberto F. Nogueira	ADSVSL
Antônio Romero Lopes	ADUNIMEP
Ari Vicente Fernandes	APROPUC CAMP
Carlos Martins	APROPUC CAMP
Américo Tristão Bernardes	ADUFG
João Carlos Gilli Martins	APROPUC CAMP
Maria Claro	ADUFSCAR
Carlos Castro	ADUFSCAR
Oswaldo Truzzi	ADUFSCAR
Valdemar Sguissardi	ADUFSCAR
Flávio Augusto Pichi	ADUFSCAR
Ioshiaqui Shimbo	ADUFSCAR
Moema Soares de Castro	ADUFPB CG
Adgard Afonso Malagodi	ADUFPB CG
Edilson de Souza	ADURNe CG
Francisco de Assis F. Tejo	ADUFPB CG
Marcos Antônio Barbosa de Melo	ADUFPB CG
Flávio L. Valente	APUB
Edmundo Fernandes Dias	ADUNICAMP
Sadi Dal-Rosso	ADUnB
Douglas Marques de Sá	ADUnB
Carlos Alberto Tomaz	ADUFPa
João Batista Oliveira de Araújo	ADUFPa
Ana Maria Arruda de Oliveira	ADUFPa
João Fernando P. Assis	ADUFPa
Anã Maria Góes	ADUFPa
Vera Tomaz	ADUFPa
Lúcia Helena de Oliveira Cunha	ADUFAC/Acre
Arlindo dos Santos	APRUMA
Carlos Eduardo M. Baldijão	ADUSP
Marco Antônio Sperb Leite	ADUFG
Marilene Correa da Silva	ADUA
Glaucia M. G. de Oliveira	ADUA
Marcus Luiz Barroso Barros	ADUA
Paulo Roberto de Aguiar Lopes	ADUA
Francisco José da Costa Alves	ADUFPb CG
Célio Espíndola	APUFSC
Daniel Herz	APUFSC
Raul Guenther	APUFSC
Albertina Dutra Silva	APUFSC
Walmir Martins	APUFSC
Luzete A. Pereira	APUFSC
Ubaldo Cesar Balthazar	APUFSC
Marli Aureas	APUFSC
Malena Talayer Torino	ADUA
José Luiz Viana Coutinho Filho	ADUA
Rubens Pinto Lyra	ADUFPb JP
Agamenon de Almeida	ADUFCe
Newton Lima Neto	ADUFSCAR
Sebastião A. Carneiro	ADURN
Emmanuel José Appel	ADUFPp
Paulo Vinhas Ribeiro	adunicamp
José Benedito Schneider	ADUNICAMP
Angel Pino Sirgado	ADUNICAMP

## RELATÓRIO DA REUNIÃO SETORIAL DAS AUTÁRQUICAS

### AVALIAÇÃO

Na Reunião Setorial das IES Autárquicas no 1.º Congresso Nacional da ANDES, com a presença de cerca de 200 delegados, a avaliação do movimento de docentes universitários centrou-se, basicamente, numa discussão sobre o carácter das lutas travadas em 1981 e sobre os problemas de organização que afetaram o encaminhamento das mesmas. Alguns pontos parecem ser de entendimento comum dos delegados presentes. Assim, o 1.º semestre de 81 foi considerado como de relativo descenso no movimento, embora ressaltando-se a importância do bloqueio ao projeto de fundatização. Houve um consenso também quanto às causas deste descenso, assim como de várias outras falhas apontadas durante o ano: o fato de não haver sido definido no Congresso anterior, de Campinas, um programa de lutas que norteasse a atuação da entidade.

A partir daí, as discussões expressaram nitidamente duas posições básicas em relação à história recente da ANDES, correspondendo a duas visões do movimento como tal. Reconhecem que o eixo de lutas da entidade passa a partir do II CONAD, a problemas mais específicos da categoria, e que uma pauta de lutas gerais tirada na reunião da diretoria em Sergipe acaba se afunilando e se limitando a reivindicações específicas das IES autárquicas. Divergem, no entanto, no estabelecimento do carácter e das consequências de tal afunilamento. Especificamente, dado que a questão salarial passa a ser o eixo central de lutas, desembocando na greve do final do ano, é na análise dos motivos, do alcance e do resultado desta greve, considerada o ponto culminante do movimento no ano (que esta discussão se realizou). De um lado, considera-se que é a dificuldade de especificação, detalhamento e aprofundamento de questões genéricas, como a da autonomia e da democracia na Universidade, que provoca a concentração na questão salarial, ao lado da política de arrocho do governo e do fato da grande mobilização dos docentes quanto a esta questão. De outro lado, embora admitindo os dois últimos fatores como decisivos na tomada de importância da questão salarial, critica-se o fato de esta ter se tornado por demais proeminente em relação aos demais itens da pauta ou de não ter sido suficientemente aprofundada politicamente. Nesse sentido, considera-se que esta limitação do movimento às Autárquias, especificamente, à questão salarial, teria acentuado um teor corporativista no movimento. A esta posição se contrapõe a anterior, que considera que foram exatamente as lutas económicas que avançaram a politização e fortaleceram o movimento, ao levá-lo à greve; e que esta seria uma fase do movimento, a ser superada provavelmente em 82 com as lutas necessariamente políticas que o projeto de reforma da Universidade do MEC desencadeará. No entanto, outras versões críticas do estreitamento da pauta de reivindicações lamentam o abandono de questões como a das distorções da carreira ou, extrapolando o momento da greve, o abandono da dimensão política do movimento em sua articulação com as lutas de outros setores da sociedade, especialmente na luta pelo reajuste semestral em conjunto com o funcionalismo e na participação acanhada da ANDES na CONCLAT.

Na análise da greve, tais posições levam, nem sempre no mesmo alinhamento, a interpretações diferentes de seu resultado. Ficou clara uma grande coincidência no reconhecimento de alguns dos ganhos dessa greve: ganhos materiais, organizacionais e políticos, na medida em que se rompia com uma política salarial de arrocho no contexto político da ditadura.

No entanto, enquanto alguns entendem que o acúmulo de forças durante a greve permitia uma continuação da mesma na tentativa de atendimento mais completo da pauta, a maioria parece acreditar que a greve terminou no momento oportuno: momento de reaglutinar forças para a luta sobre a reestruturação ou momento em que não havia mais condições de continuação. Ainda quanto à forma do término da greve, surgiram críticas à atuação do Comando Nacional, seja por se considerar ter a saída da greve, seja por não ter se posicionado politicamente em momentos em que se julgou que teria sido necessário esse posicionamento.

Em termos organizacionais, comentou-se a atuação principalmente da diretoria, em relação ao encaminhamento da questão salarial que, segundo os que davam uma importância maior a este item da pauta, teria sido atrasado, à falta de participação da entidade nas lu-

tas pela democracia no país e, segundo os que viam um tom exageradamente corporativista no tratamento da questão salarial, à pouca articulação com outros setores da sociedade civil e à tímida participação em eventos como a CONCLAT. Enfatizou-se a necessidade de maior politização do movimento, com explicitação de posições e encaminhamento de documentos políticos às bases.

Em resumo, o eixo das discussões foi a avaliação do grau e do significado de possíveis traços corporativistas no movimento, através da análise do tratamento dado à questão salarial no ano de 81 e a problemática da relação entre lutas gerais e lutas específicas.

## **PROPOSTAS APROVADAS NO GRUPO SETORIAL DE AUTARQUIAS**

### **A – REFORMA UNIVERSITÁRIA**

1. Elaboração de um documento que responda aos ataques do MEC, que visa implantar o ensino pago em todas as IES:  
Explicitar neste documento o que entendemos por autonomia e democratização. (aprovado por maioria)
2. Ampliação e fortalecimento do grupo de trabalho sobre política educacional, de modo a que ele possa assumir a tarefa de coordenação da campanha contra o pacote do MEC (61 a favor, 55 contra).
3. Realização de encontros a nível de: a) IES, e b) Regionais, se possível com alunos e funcionários, para discutir as formas de luta contra o projeto do MEC (aprovado por maioria).
4. Realização, a seguir, de um simpósio, com participação dos demais setores da comunidade universitária e sociedade. A seguir (imediatamente) realizar um congresso extraordinário da ANDES para posicionamento final (aprovado por unanimidade)
5. Cabe na reunião de grupos mistos (3ª feira à noite) discutir o conteúdo da reestruturação da Universidade.

B – Que se lute em todas as AD's no sentido de que, em cada IES, a aula inaugural de 1982 seja dedicada ao tema "Defesa do Ensino Público e Gratuito". Na medida em que isso não seja atingido, que cada AD se comprometa a promover eventos públicos sobre o assunto por ocasião da instalação dos trabalhos escolares (aprovado por 44 a 37, com 22 abstenções).

### **C – EIXOS DE LUTA**

Foram aprovadas, consensualmente, os eixos de lutas abaixo:

1. Reajuste semestral de salários, reposição salarial e campanha salarial para 82, 13º salário para os estatutários, estabilidade no emprego.
2. Maior articulação com os movimentos sociais, inserção na luta política democrática geral da sociedade; contra o "Pacote da Previdência".
3. Em defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis, contra a privatização do ensino e contra subsídios às escolas particulares, conforme decisão do CONAD de Salvador.
4. Luta pela democratização e autonomia da universidade, por mais verbas para a educação (12%), contra os cortes de verbas e pelo aumento do número de vagas nas escolas públicas com a expansão da rede pública. Luta contra o congelamento de contratações para o quadro docente nas IES.
5. Repúdio aos casuismos eleitorais do Governo, pelas eleições diretas em todos os níveis com garantia de eleições livres e diretas em 82.

### **D – ENCAMINHAMENTOS**

- 1 – a) Criar grupo de trabalho, neste Congresso, para apresentar proposta de luta unificada pelo reajuste semestral, pela reposição salarial, pelo, 13º para os Estatutários, planejando a campanha salarial para 1982;  
b) Realização de assembleias pelas AD's até 20 de março, para deliberar sobre um dia nacional de greve em conjunto com a CPB e outras entidades; organizar caravanas para o Distrito Federal, uma vez que a votação no Congresso Nacional será Até 29 de março vindouro;

- c) Convocação de CONAD até o final de abril incluindo na sua pauta a avaliação da decisão do Congresso Nacional sobre o reajuste semestral;
  - d) Ativação da comissão tirada no Conclat entre Andes/CPB/Confederação dos Servidores, apoiando e implementando o Encontro Nacional de Servidores no primeiro semestre deste ano.
- 2 - Participação das AD's e Andes nos Enclats e Conclat lutando pela criação de uma CUT; participação esta com os mesmos critérios para os demais trabalhadores; articulação com a comissão pró-CUT, com o funcionalismo público e com os professores de 1.º e 2.º grau (CPB) em nossas lutas. Encaminhar discussões a partir de março no âmbito de cada AD, sobre os pontos constantes do temário da CONCLAT; a ANDES dedicará o ano de 1982 à defesa da expansão do ensino público e gratuito e buscará promover intensa propaganda, buscando articulação com outros setores da sociedade.
  - 3 - Levantamento, por grupo de trabalho da ANDES, a ser constituído nesse Congresso da real situação das distorções com o projeto de carreira; apresentar um plano de luta específica para correção destas distorções.
  - 4 - Estimular em cada IES a criação de jornal universitário tripartite (AD+DCE+funcionários) voltado para as lutas comuns em defesa da universidade.  
Estes foram os pontos consensuais. A Discussão sobre o aumento do preço dos restaurantes universitários foi remetida para a Plenária Geral, vista estar relacionada com outras questões mais amplas.

#### GRUPO SETORIAL DE AUTARQUIAS

Coordenador: Flávio Valante

Relatários: Angela Tygel, Elisardo Vasquez

Secretário: Standard Silva

Florianópolis, 03 de fevereiro/1982

## REGIMENTO PARA A ELEIÇÃO DA PRIMEIRA DIRETORIA DA ANDES

### I — O PROCESSO ELEITORAL

Art. 1º — O voto é secreto e não poderá ser efetuado por correspondência ou procuração.

Art. 2º — O sigilo do voto é assegurado mediante as seguintes providências:

- a) Serão usadas cédulas especiais de acordo com o especificado no Art. 6º.
- b) O eleitor ficará isolado em situação indevassável, para o só efeito de assinalar na cédula o seu voto e em seguida fechá-la.
- c) Será verificada a autenticidade da cédula oficial à-vista de rubricas dos membros da mesa receptora.
- d) Serão utilizadas urnas que assegurem a inviolabilidade do voto e que sejam suficientemente amplas para que não se acumulem as cédulas na ordem em que forem introduzidas.

Art. 3º — Somente poderão votar os professores associados a ANDES, na forma dos seus Estatutos, desde que filiados 90 dias antes das eleições e quitos com a Tesouraria.

Parágrafo Único — As regionais deverão remeter lista atualizada de seus associados à Comissão Coordenadora para efeito de definição do Colégio Eleitoral, no máximo até 30 dias antes das eleições.

Art. 4º — Para o processamento das eleições será criada uma Comissão Coordenadora composta de três membros da Diretoria Provisória da ANDES e quatro associados eleitos no I Congresso da Entidade, com as seguintes atribuições:

- a) coordenar, fiscalizar e superintender as eleições.
- b) deliberar sobre os recursos interpostos.
- c) decidir sobre a impugnação de votos e examinar a procedência dos recursos.
- d) atuar como junta compiladora dos votos.
- e) formalizar o Colégio Eleitoral 15 dias antes das eleições e dar conhecimento a todos os associados.

§ 1º — Os Vice-Presidentes Regionais deverão preparar as listas de votação dos que se associarem diretamente à ANDES e às Comissões Pró-AD.

§ 2º — A Comissão Coordenadora deverá indicar, em cada cidade onde existam docentes associados diretamente à ANDES ou à Comissão Pró-AD, uma AD que se incumbirá de receber os votos destes eleitores em urnas especialmente designadas para tal fim.

Art. 5º — Em cada AD serão constituídas Comissões Eleitorais compostas de três membros, eleitos em Assembléia Geral, com a função de:

- a) designar tantas mesas receptoras quantas forem julgadas necessárias e que serão organizadas de acordo com as necessidades e especificidades de cada AD.
- b) atuar como junta apuradora de votos.
- c) enviar à Comissão Coordenadora o mapa dos resultados apurados num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da votação.

Art. 6º — A cédula eleitoral será única com as chapas registradas obedecendo a ordem cronológica de inscrição, contendo os nomes dos seus integrantes e respectivos cargos.

§ 1º — As chapas serão identificadas através de números, de acordo com a ordem cronológica de inscrição.

§ 2º — Ao lado de cada chapa haverá um retângulo em branco onde o eleitor assinalará a de sua escolha.

Art. 7º — As comissões eleitorais deverão instruir as mesas receptoras sobre o processo das eleições em reunião para isso convocada com a necessária antecedência.

Art. 8º — A mesa receptora ficará responsável pela urna e pelos documentos relativos ao processo eleitoral durante os dias da eleição até que sejam entregues à Comissão Eleitoral para proceder a apuração.

Art. 9º — A fiscalização da votação poderá ser exercida pelas chapas concorrentes mediante a indicação de um fiscal para cada seção eleitoral, devidamente credenciado pela Comissão Eleitoral até 24 (vinte e quatro) horas antes do início do pleito.

Parágrafo Único — A escolha de fiscal não poderá recair em candidato ou integrante da comissão eleitoral.

Art. 10 — Somente poderão permanecer no recinto da votação os membros da comissão eleitoral, da mesa receptora, os fiscais e, durante o tempo necessário a votação, o eleitor.

## II — DO ATO DE VOTAR

Art. 11 — Observar-se-á na votação o seguinte procedimento:

- a) a ordem de votação será a de chegada do eleitor.
- b) o eleitor deverá apresentar ao Presidente da mesa receptora a carteira de identidade ou outro documento expedido por órgão oficial que possibilite a sua identificação.
- c) O Presidente, ou Mesário, localizará o nome do votante na lista de eleitores.
- d) não havendo dúvida sobre a identidade do eleitor, o Presidente o convocará a lançar a sua assinatura na lista própria e em seguida entregar-lhe-á a cédula eleitoral rubricada no ato pelo Presidente e um dos mesários, instruindo-o sob a forma de votar.
- e) o eleitor deverá assinalar no local apropriado na cédula a chapa de sua preferência.
- f) ao depositar a cédula na urna o eleitor deverá dobrá-la de maneira a mostrar a parte rubricada à mesa.
- g) as assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação, as quais juntamente com as cédulas oficiais e material restante acompanharão a urna.

## III — DAS MEDIDAS RELACIONADAS COM A APURAÇÃO

Art. 12 — A apuração será feita no último dia da votação, a partir das 22 (vinte e duas) horas (hora de Brasília).

Art. 13 — As urnas poderão ser lacradas pelas mesas receptoras antes do término do prazo estabelecido, desde que constatem que todos os eleitores da respectiva AD exerceram o seu direito de voto.

Art. 14 — Iniciada a apuração, os trabalhos não serão interrompidos até promulgação do resultado final.

Art. 15 — Contadas as cédulas da urna, a Comissão Eleitoral verificará se o seu número coincide com o da lista de votantes.

§ 1º — Se o número de cédulas for igual ou inferior ao de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.

§ 2º — Se o total de cédulas for superior ao da respectiva lista de votantes deverá ser anulada a urna, sendo esta novamente lacrada, após terem sido os votos nela recolocados.

§ 3º — Apresentando a cédula qualquer sinal, rasura ou dizer suscetível de identificar o eleitor, ou tendo este assinalado duas ou mais chapas, o voto será anulado.

§ 4º — Os casos previstos nos parágrafos 2º e 3º serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, cabendo recurso à Comissão Coordenadora.

Art. 16 — As cédulas apuradas serão conservadas sob a guarda da Comissão Eleitoral até a proclamação final do resultado, a fim de assegurar eventual recontagem de votos.

Art. 17 — Cada mesa receptora utilizará até cinco urnas, uma para cada dia de votação, que serão lacradas ao final de cada dia.

§ 1º — O lacre será assinado pelos membros da mesa receptora e pelos fiscais das chapas concorrentes, assim como a respectiva ata eleitoral com menção expressa do número de votos depositados.

§ 2º — A responsabilidade pela guarda das urnas será da Comissão Eleitoral.

Art. 18 — Cada chapa poderá indicar até dois fiscais para atuarem junto a apuração dos votos. Nesse caso a escolha dos fiscais poderá recair inclusive em integrantes das chapas.

Parágrafo Único — Esses fiscais deverão ser credenciados junto a Comissão Eleitoral até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da apuração.

## IV — DOS RECURSOS

Art. 19 — Na medida em que os votos forem sendo apurados poderão os fiscais e os candidatos apresentar impugnação que será decidida pela Comissão Eleitoral por maioria de votos dos seus membros.

Parágrafo Único — Caberá recursos a Comissão Coordenadora que decidirá, em última instância, por maioria de votos dos seus membros.

## V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 – A candidatura se fará através de chapas completas, que deverão ser apresentadas à Comissão Coordenadora para registro, até o dia 18 de abril de 1982.

§ 1.º – O requerimento de registro, acompanhado do programa da chapa, deverá estar assinado por todos os candidatos e conter as seguintes informações:

- a) o nome e o endereço de cada candidato;
- b) o nome e o endereço da instituição de ensino superior a que se encontra vinculado cada candidato;
- c) o nome e o endereço da entidade filiada à ANDES de que é associado cada candidato, ou o esclarecimento suficiente se este tiver sido ou for integrante de comissão pró-AD.

§ 2.º – Deverá ser recusado o registro das chapas cujo requerimento estiver em desacordo com as disposições deste artigo ou cujas informações não corresponderem à verdade.

§ 3.º – Registradas as chapas, a Comissão Coordenadora encaminhará à Diretoria da ANDES, até 28 de abril de 1982, os requerimentos respectivos, para fins de publicidade e arquivamento.

Art. 21 – Em jornal que mandará editar, a Diretoria da ANDES deverá dar publicidade às chapas e aos seus programas, reservando espaço igual para cada uma delas.

§ 1.º – A publicidade das chapas e de seus programas, conterá exclusivamente o conteúdo das informações a que se referem as alíneas a) a c) do § 1.º do art. 20 e o do texto dos programas entregues.

§ 2.º – A ordem da apresentação das chapas no jornal corresponderá à ordem cronológica da recepção pela Comissão Coordenadora dos requerimentos de registro.

§ 3.º – A Diretoria deverá remeter às associações de docentes a ela filiadas, até 30 de abril de 1982, número de exemplares do Jornal correspondente, no mínimo, à metade de seus associados.

Art. 22 – As eleições deverão ser feitas em um período de dois a cinco dias consecutivos, a critério de cada AD, desde que o último dia de eleição seja comum a todas as AD's.

Art. 23 – As eleições serão realizadas nos dias 17, 18, 19, 20 e 21 de maio de 1982.

Art. 24 – O prazo para inscrições de chapas expira no dia 18 de abril, último dia de realização do CONAD.

Art. 25 – Os casos omissos ao presente Regimento serão resolvidos, em primeira instância, pela Comissão Eleitoral e, em segunda e última instância, pela Comissão Coordenadora.

REGIMENTO APROVADO PELO PLENÁRIO DO 1.º CONGRESSO NACIONAL DA ANDES EM 5 – FEVEREIRO – 1982. (Florianópolis/SC).

## ELEIÇÕES DIRETAS PARA A DIRETORIA DA ANDES: UMA TESE VITORIOSA

*Rubens Pinto Lyra*

Consideramos que, nas condições atuais do movimento docente, a eleição por via direta é a que melhor garante a participação democrática dos docentes na discussão do programa da entidade, e na indicação de seus dirigentes. É opinião unânime que o nosso movimento registrou, nos últimos doze meses, progressos decisivos, tanto do ponto político quanto organizativo. Por esta razão existe, da parte dos que o integram, um crescente interesse em influenciar os destinos de suas entidades de representação de classe. É inegável que as eleições diretas intensificará necessariamente a participação de todos na discussão do programa da ANDES e dos métodos de trabalho propostos, assim como na análise das questões que dividem o movimento ou naquelas que o unificam. Facilitará, por outro lado, o contato e avaliação pessoal das lideranças que pretendem encarnar as aspirações das bases.

Fica evidenciado, portanto, que a opção pela forma de eleição (indireta ou em urnas) não é fundamentada em princípios abstratos, desvinculada das condições concretas — interiores e exteriores ao movimento — em que se dá o processo eleitoral.

Entendemos que eleições diretas, dissociadas de um conteúdo democrático, constitui apenas um simulacro de democracia.

Não é o caso de nosso movimento onde o grau de mobilização, o livre debate de idéias e a participação aberta a todos os docentes, reclama o instrumento formal mais adequado, em tais condições, para a realização da democracia: eleições diretas.

Tal ponto de vista foi amplamente ratificado pelo movimento docente, por ocasião do I Congresso Nacional da ANDES, que se posicionou por larga maioria pela forma de eleição acima indicada.

Assim, os delegados ao Congresso endossaram a opinião que havíamos defendido com entusiasmo na Regional Nordeste II: a de que o pleito direto seria o grande evento capaz de motivar fortemente os associados da ANDES para a discussão aprofundada dos problemas da categoria. Ao inverso a não participação, até o presente momento, do conjunto dos docentes em tal debate tem, na verdade, prejudicado o trabalho da direção e a confiabilidade de seus dirigentes, na medida em que as divergências e os pontos em comum permanecem, para a grande maioria, indecifráveis — ou, no mínimo, confusos. Nas atuais condições, apenas alguns iniciados são capazes de discutir, com um mínimo de conhecimento de causa, as divergências existentes na direção. Ora, apesar de muitos considerarem que as diferenças de enfoque sobre a forma de conduzir o movimento docente traduzem métodos e concepções políticas nitidamente distintos, as tão decantadas "bases" permanecem, no geral, ignorando — ou tendo uma visão deformada — dos pontos polêmicos em torno dos quais gravitam os debates sobre as formas, métodos e princípios condutores do movimento. Qual outro fórum mais apropriado do que as Assembléias Gerais, reunidas para discutir os destinos de nossa entidade, e os programas de governo dos candidatos, para avaliar e decidir a respeito das concepções e práticas de sua direção?

Os argumentos acima expostos procuraram justificar as eleições diretas a partir da demonstração de que, a melhor instância decisória e eleitoral, por ser a mais democrática são os próprios associados da ANDES. Porém, a defesa do pleito direto somente se reforça com a análise do precário desempenho da direção política do movimento, em duas importantes eleições que ocorreram este ano: a da Diretoria Provisória da ANDES e a dos Delegados desta entidade à CONCLAT. Na primeira destas, os congressistas ficaram até o último momento sem saber — ou sabendo errado — como seriam escolhidos os seus dirigentes. Para a surpresa de muitos — inclusive nossa — houve cordiais desistências entre os pretendentes aos postos de direção, de tal forma que os que tinham menos chances de se eleger para um determinado cargo desistiam na última hora deste e se contentavam com outro menor, e assim sucessivamente. Só ocorreu disputa, sem garantia para o candidato derrotado de obtenção de um posto secundário, para o cargo menos importante da Diretoria. Tais procedimentos poderiam, quem sabe, a rigor, serem admitidos. . . Porém, o edificante da história é que as bases (Delegados ao Congresso de fundação da ANDES, neste caso) não



foram chamados a decidir sobre a conveniência ou não desse processo. Apenas foram convocados, como certas câmaras de registro, para avaliarem o fato consumado.

A segunda ocasião em que a direção política falhou clamorosamente no encaminhamento das eleições se deu por ocasião da escolha dos delegados da ANDES a CONCLAT. Assim, foi somente no apagar das luzes do II CONAD que surgiram as propostas de nomes para delegados, devidamente conchavados, sem que qualquer discussão prévia em torno das indicações feitas tenha podido ocorrer. Os representantes das AD's, a quem cabia a responsabilidade da escolha real, baseada em sua iniciativa, e no debate contraditório entre os candidatos, foram mais uma vez colocados diante do fato consumado, restando-lhe apenas o "poder" de homologar o previamente acertado e definido pelas "cúpulas".

Acreditamos que nesta eleição de Diretoria da ANDES por via direta os candidatos serão necessariamente submetidos ao fogo cruzado de perguntas e questionamentos dos mais diversos tipos e procedências, o que permitirá aos associados exercitar, com o máximo de discernimento, o direito de escolha de seus dirigentes. Darão, assim, as chamadas "bases", mais uma vez, uma proveitosa lição nos que as dirigem, os quais, apesar de sua honestidade e competência, não estão inteiramente isentos de "seculares" deformações pequeno-burguesas nas suas práticas eleitorais, e na condução do movimento.

## SOBRE O CONGRESSO DA ANDES

Tek - UFPb-JP

Tendo a oportunidade de participar do I Congresso da ANDES em Florianópolis, evento ímpar no processo de organização da sociedade civil brasileira, faço aqui, talvez à guiza de relatório, algumas reflexões. Em primeiro lugar, como delegado da ADUFPb-JP, cumpre-me prestar contas de minha participação, como contribuição para nosso movimento. Em segundo, como docente, cabe-me compartilhar com os colegas desta experiência fundamental para o ensino superior do país. Finalmente, como professor, e estou pensando especialmente nos companheiros do Centro de Educação, digo o que aprendi do que foi ensinado e principalmente do que não foi ensinado: aquilo que aprendemos todos lá na hora.

Pela organização do Congresso, a utilização do tempo foi intensiva. Basta dizer, que a única chance que a bancada tinha de se reunir era durante as refeições, o que aconteceu somente uma vez devido às idiossincrasias alimentares dos delegados. Claro que informalmente estávamos sempre juntos, mas devido à maneira deficiente como foi escolhida nossa representação, nossa participação como bancada deixou muito a desejar. Acho que vale a pena insistir na necessidade de aperfeiçoarmos nosso processo de escolha não só de delegados, mas de quem quer que seja nosso representante. Não precisamos nos envergonhar de ter feito pipi nas calças quando meninos, mas temos que assumir efetivamente nosso amadurecimento como movimento social, sob pena de levar repreensões da sociedade. Basicamente, a organização do Congresso consistiu na discussão dos pontos da pauta em 10 grupos de trabalho mistos (isto é, com delegados de todos os setores, autarquias, fundações, particulares e estaduais) cujos relatores elaboravam uma síntese a ser apreciada por uma reunião plenária. Devido a enormidade da tarefa e a quantidade de delegados (mais ou menos 20 por grupo e 270 na plenária), esta metodologia sofreu algumas disfunções que destaco para remete-las para o futuro. Nem sempre as deliberações tomadas num determinado grupo de trabalho eram contempladas na síntese, principalmente aquelas consideradas menores, mas justamente por isso carentes de serem apreciadas pela plenária, onde era praticamente impossível resgatá-las. Explico, se a síntese dos relatores dos grupos de trabalho fosse omissa sobre a defesa do ensino público e gratuito, com certeza a plenária se encarregaria veementemente de colocar a questão. No entanto, e dou apenas um exemplo, se determinado grupo levantasse a questão da rotatividade, isto é, da conveniência ou não de se facilitar o intercâmbio de professores entre as diversas universidades, dificilmente este ponto encontraria espaço nas plenárias. Nestas, os oradores tinham um tempo limitado de 3 minutos para se pronunciarem e tal era a ânsia para falar, que nos primeiros 5 minutos já havia gente para esgotar o tempo previsto de duração da plenária e ainda mais. Assim, se o próximo orador falasse alguma coisa sobre a qual você tinha elaborado um argumento contundente, você precisaria esperar 2 horas, quando a discussão já evoluiu em outro sentido, para poder se pronunciar. Raramente houve apartes. Para a maioria dos participantes, os pronunciamentos eram aulas expositivas sobre assuntos que eles já tinham discutido e se esclarecido nos grupos de trabalho. Não é preciso dizer que a malícia, a esperteza da experiência de certos delegados (e mais da metade tinha participado do Congresso anterior) se impunha nestes casos, mas só nas questões secundárias, pois nas questões principais o plenário, atento, não se deixou engabelar. E isso com uma pauta cheia de aspectos aparentemente formais, uma vez que se discutiu o regimento do Congresso, o estatuto da ANDES e o regimento das eleições. E eu digo aparentemente formal, pois o plenário estava conscientizado de que normas, na verdade, são cristalizações de visões políticas muito bem determinadas.

Pela organização do movimento nacional docente, pela sua vocação democrática, não houve espaço para manobra de qualquer tipo de quem quer que fosse. No entanto, nosso movimento não está ilhado no conjunto da sociedade e portanto, existem problemas externos que afetam a democracia e a representatividade da ANDES. Esta edição não comporta fotografias, mesmo assim exporei dois flagrantes. Sabe-se que, grosso modo, metade dos docentes universitários são mulheres; no Congresso, sua participação foi de cerca de 30% dos delegados. É óbvio que isso reflete a situação da mulher trabalhadora em nossa sociedade, sua disponibilidade, sua liberdade de ir e vir, etc. Segundo: sabe-se que cerca de 80%

dos universitários estudam em escolas particulares, e no entanto apenas 20% dos delegados ao Congresso originavam-se das particulares. Exceto por uma clássica moção em prol da libertação da mulher, este segundo flagrante não foi considerado no Congresso. Porém, a questão das escolas particulares foi alvo das preocupações de todos os delegados, uma vez que se reconhecia ali a fronteira natural de expansão da ANDES. Isto, naturalmente, como veremos adiante, foi decisivo em certas deliberações.

Muitas AD's elaboraram antes do Congresso material para discussão, por exemplo, a ADUFRJ elaborou um projeto de estatuto alternativo ao elaborado pela Diretoria da ANDES. Este material, sobre o qual nos debruçamos, foi de muita valia para nortear as discussões, contribuindo assim, significativamente para o movimento. Se antes, ao fazer reparos à atuação de nossa bancada, dei a impressão de que se tratava de um problema dela, esclareço agora que foi a atuação da ADUFPb-JP que deixou muito a desejar neste Congresso. E esta é uma responsabilidade de todos nós.

Fui frontalmente contrário à filiação direta dos sócios à ANDES tanto no grupo de trabalho como na plenária. Não por uma questão de princípio, mas por uma questão de organização. As unidades, células, átomos, da ANDES são as AD's, nunca os docentes. É justamente a organização dos docentes em seus locais de trabalho que constitui a virtude do movimento docente. Foi a incipiente penetração da ANDES nas particulares que possibilitou a aprovação da filiação direta. Uma filiação pela metade, uma vez que sua participação nos órgãos deliberativos ficou prejudicada. O que significa um delegado dos sócios filiados diretamente à ANDES eleito em Assembléia Geral? Uma vez a proposta aprovada, palmas. Mas penso que o movimento deverá estar atento à esta questão para que não sejam introduzidas distorções que afetem o que se costuma chamar de organização pela base. Ainda com relação às escolas particulares, principalmente, no ano de defesa do ensino público e gratuito, é preciso deixar claro que isso não significa um ano contra o ensino particular. Esta situação revela algumas semelhanças com a discussão que houve na década de 30, entre ensino religioso versus ensino leigo, numa época em que a maioria das escolas de ensino médio pertenciam à Igreja. Como naquela época a laicidade do ensino era atributo da escola pública, não se tratava de ser contra o ensino religioso, mas sim, como hoje, de fortalecer e ampliar o ensino público. Penso porém que esta questão, que envolve o problema dos subsídios federais às escolas particulares, é complexa e merece um estudo à parte. Ainda com relação à filiação direta em escolas onde não há AD's, e não as há, principalmente devido à repressão das reitorias, eu refresco a memória dos colegas de nossa universidade, onde até hoje há colegas com receio de se associarem, quanto mais de exercerem cargos de direção. . .

A grande questão do Congresso, mesmo antes de sua realização, referiu-se à forma de eleição: se direta ou em Congresso. Nas discussões travadas aqui em João Pessoa, minha posição era de que, se considerarmos a situação da UFPb e de outras autárquicas, a eleição deveria ser direta, como tradicionalmente são as eleições para as AD's. Porém, dependendo da situação das outras universidades com relação à esta possibilidade, não haveria problema da eleição se realizar em Florianópolis. Convenci-me das eleições diretas durante as discussões no grupo de trabalho. Pela forma como tem sido escolhidos nossos dirigentes (em nossa AD por exemplo, são 4 gestões eleitas em chapa única), pela forma como foram escolhidos os delegados, o conjunto dos docentes exige neste momento eleições diretas, única maneira de fazer surgir à tona as divergências, se é que elas existem de fato, acerca da condução do movimento. Contra o argumento de que as eleições devem ser diretas, pois tal é nossa reivindicação em relação à qualquer cargo dirigente, seja na sociedade civil, seja na sociedade política, não há lógica suficiente. Simplesmente porque, apesar da forma, este não é um argumento lógico, é um argumento psicológico, gestalt, condicionamento, psicose do nosso tempo: Brasil 82. Não que as eleições indiretas, em Congresso, não sejam democráticas: o que é preciso é depurar nosso movimento de vícios adquiridos devido ao confronto constante com o autoritarismo. Pois é, quem mora no inferno tem que ser meio diabo prá sobreviver.

Finalmente, a questão da sucessão. Penso que a melhor atuação de nossa bancada, fruto aliás de nosso único almoço comum, foi na assinatura e posterior encaminhamento do documento "O I Congresso: um momento decisivo". Evidentemente, este documento pre-

tendia aglutinar pessoas para a possível formação de uma chapa para concorrer às eleições da Diretoria da ANDES. Penso que é isso aí, ou ao menos, que é por aí. Por favor, releia o documento impresso nesta edição. Você não assinaria? Parece que, a menos de detalhes, todos assinariam inclusive o pessoal de uma outra articulação que ocorreu no Congresso. Mas não há outro documento. Significará isto chapa única? Para não divagar, ou pior, perder a objetividade, vou me ater à última reunião, logo após o encerramento do Congresso, entre os signatários do documento. Todos são pela unidade do movimento para fazer frente às investidas do MEC. Naturalmente, esta unidade é concebida dialeticamente, isto é, é uma unidade na diversidade. Deste modo, existem duas concepções sobre a formação de chapas. A primeira, não mede esforços para a constituição de uma chapa de unidade, onde as divergências, embora explicitadas, conviveriam no interior da Diretoria. É mais ou menos a linha de que roupa suja a gente lava em casa. A outra, propõe se levar as divergências para as bases, com o compromisso evidente de que a vitória de uma tendência implicaria num trabalho conjunto com as demais. É a linha do deixa brigar prá ver quem a gente aclama, pois vencerá o melhor. É claro que esta discussão que ocorreu sem a presença dos divergentes potenciais sofre de miopia, ou, dadas as condições da reunião, de cegueira noturna. Repito aqui o que disse nesta reunião: os signatários do documento, apesar de afirmarem e estarem convencidos de que sua avaliação e perspectivas do movimento docente estarem corretas tem um comportamento inseguro e vacilante quanto à sua transformação em um programa para a ANDES na próxima gestão. Temendo talvez a existência de uma análise e posicionamento melhores, no sentido de expressarem mais fielmente o pensamento do conjunto dos docentes, tem-se refreado no seu posicionamento, acenando timidamente com uma composição em chapa única. Dessa maneira, como diria Marx, colocam-se à disposição de pessoas que tem necessidade delas. Pois eu digo: vacilou, dançou. E estou firmemente convicto de que esta dança colocará o movimento ao compasso de uma música inebriante que não passa simplesmente de uma droga!

## REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE: autonomia versus ensino pago (idéias para um debate)

*Moacir Gadotti*  
*UNICAMP – PUCCAMP*

O MEC vem desafiando os educadores e suas associações, ora com propostas "balão de ensaio" para medir a reação e a capacidade de mobilização do movimento docente e discente, ora dando prazos para a apresentação de "propostas alternativas", como está fazendo agora, em relação à "reestruturação" da universidade.

Diante disso, duas atitudes opostas, podem ser tomadas:

- 1) Podemos ignorar esses desafios para não ir a reboque das iniciativas governamentais. Mas, seríamos chamados de incompetentes, de lutarmos por uma coisa que não sabemos bem o que é. Isso pressupõe que a luta se dá em outro lugar, que é impossível democratizar a universidade sem, antes, democratizar a sociedade.
- 2) A segunda atitude consiste em fazer do desafio uma oportunidade para definirmos alguns princípios, uma estratégia, aprofundar algumas noções, responder com planos, lutar por eles (porque, com certeza serão rejeitados pelo MEC). Mas é preciso planos, projetos definidos, etapas, uma agenda de propostas e caminhar com ela, porque, estejamos ou não de acordo, existe uma rígida política educacional em andamento, percorrendo um caminho bem definido diante da qual precisamos ter uma posição também definida.

A atual "reestruturação" da universidade é a maneira que o MEC encontrou para fazer uma reforma dentro da reforma, guardando, no entanto, a sua essência que tem por objetivos políticos:

- 1) ampliar o controle tecno-burocrático (=ideológico) de todo o ensino superior;
- 2) implantar gradativamente o ensino superior pago e, com isso diminuir os investimentos do Estado em relação a educação.

As novas propostas do MEC dão continuidade a essa política, só que hoje elas vem respaldadas em nova argumentação.

Vejamos, por exemplo, a proposta de "institucionalização do ensino superior oficial pago", conforme o Parecer do Conselho Federal de Educação, cuja relatora foi a história defensora do ensino pago Esther de Figueiredo Ferraz.

O primeiro argumento do CFE é que a universidade precisa "praticar a justiça social" e desenvolver no aluno "o senso de solidariedade"<sup>1</sup>.

Há um duplo equívoco no argumento da relatora:

- 1) atribuindo à educação uma função que não lhe compete, isto é, a de redistribuir a renda. A justiça social é consequência da luta daqueles que produzem a riqueza para que todos a ela tenham acesso. Não é consequência da escolarização. Injusto é o modelo econômico, não a universidade.

O argumento fundamenta-se na "teoria do capital humano", como a Reforma de 68: criar recursos humanos e tecnológicos, ajustados ao desenvolvimento econômico, permitindo a ascensão social do cidadão. O Parecer da DFE reforça a idéia da Reforma Universitária de que a política educacional deve estar subordinada a política econômica, tornando-se uma política "setorial" da política social. O ensino pago não conseguirá eliminar a injustiça social e a discriminação econômica, impostas pelo próprio modelo de sociedade no qual vivemos.

O MEC insiste dizendo que o aluno da escola superior oficial é um privilegiado e que a universidade reforça esse privilégio, no entanto, não quer admitir que foi a política educacional vigente que implantou esse privilégio, permitindo a expansão abusiva da empresa privada em educação, onde o fim e o lucro, não a qualidade<sup>2</sup>.

- 2) Por mais inexperiente que seja qualquer educador poderia mostrar a relatora desse Parecer que não é cobrando anuidades que se forma o "senso de solidariedade" mas através do desenvolvimento do espírito associativo, o qual os "nobres conselheiros" evitam mencionar.

Mesmo que as medidas propostas neste Parecer não venham a ser implementadas este ano3, o CFE consegue avançar nos seus planos de frear o desenvolvimento do ensino superior oficial, sustentando a idéia de um ensino superior oficial pago. O CFE representa os interesses da empresa privada em educação, esta necessitando do apoio do Estado para defender a educação como uma mercadoria. O CFE, agora, através do Parecer Ferraz, propõe um plano de extinção, por etapas, da gratuidade do ensino superior.

A função desse Conselho tem sido, até agora, violentar a educação brasileira para acomodá-la aos interesses político-econômicos do regime autoritário. Refúgio do pensamento conservador e obscurantista, o CFE é responsável direto pela implantação do ensino superior pago e a conseqüente traficância da educação.

Hoje, as universidades, sobretudo as particulares, vivem sufocadas pela burocratização (=ideologia do controle) que esse Conselho impôs pelo legalismo e pela sua concepção técnico-burocrática da educação.

Por tudo isso sugerimos a extinção do Conselho Federal da Educação. A existência do CFE fere o princípio da universidade democrática que é a sua autonomia.

Esse Conselho podia ser substituído, com vantagens, por um Conselho composto de educadores e representantes de entidades ligadas à educação, a nível estadual.

Há um segundo argumento: faltam verbas para o 1.º e 2.º Grau e esta é a prioridade do MEC4.

Entretanto, não faltam verbas para o 1.º e 2.º Grau porque é o terceiro grau que consome tudo, mas porque os municípios e os estados, responsáveis por esses graus de ensino, foram expoliados pela política de centralização tributária. É inegável que a gratuidade precisa ser oferecida prioritariamente ao ensino básico. O que é paradoxal é que o regime autoritário prega que nos últimos 20 anos o Brasil vem crescendo economicamente. Ora, antes de o Brasil crescer, conseguíamos oferecer ensino superior gratuito a 80% dos alunos matriculados e hoje tão somente 20%. Quanto mais cresce o bolo, menor é a fatia da educação.

- Com base nesta argumentação: o MEC inverte suas prioridades assumindo a função (que pela constituição é apenas "supletiva" para a União) de oferecer educação básica para todos, justificando assim, diante da opinião pública, o ensino superior pago.

O MEC insiste que não tem nenhum modelo pré-definido de universidade pública. Mas tem. Esse modelo já está definido e traçado pela política educacional do governo. Com a política de privatização do ensino superior o modelo do MEC é a escola particular, calçada em moldes empresariais. O MEC pensa a universidade em termos de gerência5. O discurso do governo e que vivemos em período de escassez e que não há recursos para a educação. A saída da "crise educacional" é uma "administração racional", um planejamento adequado.

O modelo do MEC é a fundação privada. É uma fundação, pela sua própria natureza jurídica, tem que produzir renda, como diz Dalmo Dallari6. Esse é o objetivo perseguido. Desde 1964 o governo nunca pensou em oferecer o ensino superior gratuito. Como consta da Constituição (outorgada) de 1967, serão concedidos bolsas de estudo reembolsáveis apenas àqueles que provarem insuficiência de recursos e demonstrarem efetivo aproveitamento (art. 176).

O modelo que o regime está querendo impor continua sendo técnico-burocrático. O MEC está, é verdade, desburocratizando a universidade num certo sentido, simplificando estruturas. Mas a essência do modelo técnico-burocrático, que é o controle, o poder, continua. Os cursos são credenciados provisoriamente tendo que se submeter burocraticamente a novos credenciamentos. Existe uma sugestão da Comissão de Legislação e Normas (CELENE) do MEC, que, se adotada, deverá classificar por pontos cursos e universidades, como hoje faz a Embratur para classificar os Hotéis: de 1 a 5 estrelas. Segundo os próprios técnicos da CELENE, essa classificação visa estimular a concorrência do mercado da educação.

A CAPES vem fazendo isto desde 1979 com os cursos de Pós-Graduação. Com critérios burocráticos vem classificando periodicamente os cursos de Pós-Graduação, condicionando o apoio financeiro a essa classificação, emitindo juízo de valor sobre a produção científica de cada curso, tendo como único dado objetivo os títulos dos trabalhos publicados que constam dos relatórios enviados.

Assim, a CAPES consegue fortalecer os cursos que deseja, atrofiando os demais.

Sob o pretexto de que estão preocupados com a qualidade, com a "melhoria do padrão de desempenho" (na linguagem enigmática da burocracia) estão exercendo uma política discriminatória em relação aos programas que não estão de acordo com o saber oficial.

## II

O porque da decisão do governo pelo ensino pago já está bem claro. No entanto, alguns aspectos "vantajosos", no dizer do MEC, desta política, devem ser desmistificados, para que não pare nenhuma dúvida sobre as suas verdadeiras intenções.

Um destes aspectos é a chamada "autonomia financeira" que significa a criação de mecanismos de capacitação de recursos próprios pelas universidades, buscados na iniciativa privada.

Consequência direta, ou o ônus desta "autonomia", será o maior atrelamento dos destinos da universidade ao modelo econômico vigente e a diminuição da responsabilidade do Estado pela educação.

Por trás da chamada "autonomia financeira", existe a questão da privatização das universidades oficiais.

Outro aspecto é a "autonomia administrativa" das universidades que também se liga à política de captação de recursos extra-orçamentários. A "autonomia administrativa" dependerá da estrutura interna e poder de cada universidade e das interações dessa estrutura interna com os financiadores.

A carreira do magistério no que diz respeito aos critérios de admissão-demissão e promoção funcional, os métodos e critérios para a escolha dos dirigentes universitários, questões como estas e que estão ligadas a "autonomia administrativa" estariam correndo o risco da interferência de princípios empresariais. Por exemplo, os critérios de remuneração do corpo docente que atualmente baseiam-se em méritos acadêmicos e científicos podem transformar-se em critérios puramente empresariais, de "produtividade" do docente em relação à participação ou não em projetos de prestação de serviços.

Os próprios Estatutos e Regimentos das universidades poderão ser reformulados e dependendo, mais uma vez, da estrutura interna de poder, darão maior ou menor capacidade de ingerência da iniciativa privada, na política de ensino e pesquisa em cada área de conhecimento da universidade.

A autonomia universitária — administrativa, financeira, didático-científica — não pode coexistir com a privatização do ensino.

A irrisória quantia que o Estado arrecadaria com a cobrança de anuidades pelas universidades públicas não resolveria os problemas do ensino; possivelmente serviria apenas para pagar a máquina arrecadadora. Torná-lo-ia assim, dependente dos interesses privados. A implantação do ensino pago representa para a universidade pública o fim da sua autonomia.

Como podemos notar, as propostas do MEC não contém qualquer novidade a reestruturação que pretende é superficial visando aprofundar a política que foi traçada em meados da década de sessenta.

## III

Ao contrário, uma política democrática de reestruturação da universidade deveria nortear-se por outros princípios, outra filosofia.

1º) A auto-gestão coletiva da universidade que seria a participação de todos os seus integrantes (professores, alunos e funcionários) na definição da política universitária e na escolha de seus dirigentes. A autonomia universitária só pode nascer da participação comunitária e da descentralização do poder.

Hoje o poder das universidades não representa a comunidade universitária diante do poder público, representa, ao contrário, o poder público dentro da universidade. É uma espécie de intervenção branca, e quando essa intervenção é "ameaçada" pelo movimento de democratização da universidade, o poder público não evita em utilizar-se de seu instrumento repressivo para intervir nela (é hoje o caso da UNICAMP).

A auto-gestão coletiva, do ponto de vista administrativo não implica apenas a fiscalização da aplicação dos recursos, implica ainda no poder de decisão sobre as prioridades. Além de coibir abusos e evitar a corrupção a auto-gestão dos recursos tem um caráter educativo pois leva a comunidade a comprometer-se com a instituição educando para a responsabilidade social.

2º ) O ensino público e gratuito em todos os níveis só se justifica porque a educação é um bem social, um fato social, e não uma mercadoria sujeita a lei da oferta e da procura.

O regime é coerente com a sua política de privatização, porque concebe a educação como uma mercadoria (particular) cujo fim é o treinamento e domesticação. Por isso fala num modelo gerencial para a universidade, em "otimização de recursos", em elevação de produtividade dos "gastos" em educação.

Ao contrário, a educação sempre foi e será instrumento de integração do indivíduo com a sociedade, a tomada de consciência para a participação social. Nesse sentido, a educação superior deverá levar o aluno a se comprometer com a busca de soluções para os problemas do povo brasileiro.

A preparação para o exercício de uma profissão é apenas um dos aspectos dessa relação homem-sociedade. Cabe ao Estado prover os meios para que todos tenham a oportunidade de educar-se. Nesse sentido, toda educação é pública.

3º ) O problema central da universidade brasileira hoje não é regime jurídico a ser adotado, mas a falta de recursos para a educação como um todo. E não há verbas porque a educação não é considerada prioridade.

Nem o ensino pago é o problema central, pois todo o ensino é pago pelas mais diversas atribuições que todos estamos sujeitos. Isso o MEC não quer entender e admite que o governo irá se desobrigar, gradativamente, do dever de oferecer educação para todos. Daí os atuais contatos com os reitores para a capacitação de recursos na esfera privada.

Por isso o problema da reestruturação universitária não é apenas um problema do ensino superior. Ela envolve os três graus de ensino.

4º ) A reforma universitária é menos um problema de leis e decretos do que de um espírito e de um trabalho cotidiano, uma filosofia capaz de libertar as potencialidades da universidade, de torná-la ao mesmo tempo crítica e criativa. Por isso a preparação do corpo docente é fundamental. Qualquer reestruturação da universidade é inútil sem a valorização do professor, agente provocador e mobilizador da aprendizagem.

A reestruturação universitária não pode ser concebida fora de um projeto social, fora de sua situação histórica. Ela implica a reconstrução da educação como um todo. Neste momento, é evidente que os interesses da maioria do povo brasileiro não estão representados no modelo de universidade que temos, imposto por um governo destituído de legitimidade política. Qualquer reestruturação que esse mesmo governo apresentar não representará os anseios dos que lutam pela reconstrução da universidade. A ela devemos opor uma autêntica reforma universitária que tem fundamentos democráticos legítimos porque não é outorgada pelo poder autoritário mas representa o desejo de liberdade, de autonomia, de auto-determinação do povo brasileiro.

A nossa luta é a mesma de 14 anos atrás contra a Reforma Universitária, outorgada, "consentida" (na expressão de Florestan Fernandez), fabricada em gabinetes. Para evitar isso é preciso transformar o debate em torno da reestruturação universitária num grande movimento histórico-social que envolva todos os setores da sociedade civil. O modelo que buscamos deve nascer nesse movimento e não no exercício intelectual de uns poucos iluminados. Uma reestruturação democrática da universidade só pode nascer de uma autêntica revolução democrática. Ora, o regime de pacotes e casuísmos está hoje "endurecendo". Não vejo, portanto, que a reestruturação que pretende tenha caráter democrático. Ao contrário, é de se supor, que suas atuais iniciativas visem justamente reduzir o pouco de autonomia e democratização conquistadas nesses últimos anos.

Florianópolis, 02 de fevereiro de 1982

1. "Vantagens e Desvantagens da Institucionalização do Ensino Superior Oficial Pago", In *Documenta* n.º 249 (Separata), Brasília, ago. 1981, p. 4.
2. A expansão do ensino superior nos últimos 20 anos deveu-se unicamente à abertura indiscriminada



(com o apoio do CFE) de escolas particulares. Entre 1960 e 1972 o crescimento dos estabelecimentos isolados foi de 98,3%. Em 1962 apenas 27% dos matriculados estavam em estabelecimentos isolados, mas em 1973 já representavam 56%. Entre 1960 e 1970 o ensino público baixou de 57,2% para 49,0%. (Luiz Alberto Gomez de Souza, "Universidade Brasileira: crescimento para que e para quem?". In *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 13, julho de 1979, p. 180).

3. O preço político seria muito alto para o PDS, sobretudo no Norte e Nordeste, onde, respectivamente, 70% e 80% do alunado estuda em escolas superiores públicas e onde o PDS tem sua maior sustentação política.
4. A "educação superior" é apenas uma das "linhas complementares de ação", segundo o *III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos: 1980-1985*.
5. "Quando se fala em autonomia da universidade, é preciso que ela seja o final de um processo; é preciso que a universidade seja autofinanciável, que seja bem administrada. Algo que seja realista" (Antonio Praxedes, porta voz do MEC, *Folha de São Paulo*, 29/01/82).
6. "Universidade Fundações". In *Cadernos da ANDES*, n.º 1, novembro de 1981, p. 15.
7. Vide Joel Regueira Teodósio, "Autarquias Especiais: autonomia ou dependência para as universidades?". In *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 12, junho de 1979, pp. 63-78.